



BIG TECHS (//REPORTERBRASIL.ORG.BR/JORNALISMO/MUNDO-DO-TRABALHO/)

Roblox desafia fronteira entre game e trabalho infantil e vira alvo de investigação

Inquérito civil do Ministério Público do Trabalho (MPT) apura se gigante dos games lucra com trabalho infantil de programação feita por crianças e adolescentes; Repórter Brasil entrevistou desenvolvedores de jogos da Roblox entre 12 e 17 anos

POR **ISABEL HARARI** | EDIÇÃO **CARLOS JULIANO BARROS**

11/10/2024



REPÓRTER
BRASIL

JUCA*, DE 12 ANOS, começou a se interessar por programação de jogos quando “soube que uma pessoa poderia ficar rica”. Lucas, 16, sempre gostou de videogame, mas resolveu estudar o assunto ao perceber que poderia “trazer essa paixão para um lado onde poderia ser recompensado”.

Após criar códigos de programação por diversão, José, de 13, descobriu que seria possível “conseguir um pouco de lucro”. Com a mesma idade, Guto é remunerado para fazer animações há apenas um ano, mas já traça planos: “eu guardo esse dinheiro para pagar um curso no futuro”.

Roblox vira alvo de investigação: é jogo ou trabalho infantil?



Encontrados pela **Repórter Brasil** em fóruns de internet, os quatro adolescentes têm em comum sonhos aparentemente inofensivos: aprimorar as habilidades de criação de games e emplacar um jogo de sucesso na Roblox, plataforma febre entre crianças e adolescentes do mundo inteiro.

A fronteira não delimitada entre diversão e trabalho, no entanto, vem despertando a preocupação de pais, especialistas e autoridades. “Essa visão de que o trabalho infantil precisa ser algo sofrido não necessariamente corresponde à realidade”, alerta a procuradora Luísa

Carvalho Rodrigues, da **Repórter Brasil** e da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordenação), uma comissão especial do Ministério Público do Trabalho (MPT).

“Não é porque é algo divertido que vai deixar de ser trabalho, caso estejam presentes os requisitos para que se configure uma relação de trabalho”, complementa a procuradora, referindo-se a plataformas digitais de forma geral.

No caso da Roblox, crianças e adolescentes passam horas do dia programando jogos que geram rendimentos para a empresa – mas pouco, ou mesmo nada, para eles. Hoje, 58% do público da plataforma têm até 16 anos, segundo dados da própria companhia.

Por isso, a badalada corporação, avaliada em US\$ 26 bilhões (R\$ 147 bilhões), entrou na mira do MPT em São Paulo. O órgão abriu um inquérito civil para investigar denúncias de trabalho infantil na Roblox. Uma audiência na sede do MPT, prevista para a próxima quinta-feira (17), deve ouvir representantes da plataforma no Brasil.

Essa não é a única polêmica que ronda a Roblox. Nesta semana, a companhia foi acusada de mentir a investidores e reguladores por inflar o número de usuários e as horas de engajamento, o que levou à queda de suas ações. A denúncia da Hindenburg Research (<https://hindenburgresearch.com/roblox/>), uma gestora de investimentos, classifica a plataforma como “um cenário infernal de pedófilos, expondo as crianças a aliciamento, pornografia, conteúdo violento e discurso extremamente abusivo”.

Procurado pela **Repórter Brasil**, o advogado que representa a Roblox no Brasil afirmou que “a empresa optou por não comentar”.

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

email



Monetização das experiências

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/) Q ≡

Quem entra na Roblox se depara com uma oferta extremamente diversa de “experiências”, como são chamados os jogos virtuais: andar de skate, adotar um pet, batalhar com o Exército Brasileiro ou buscar o vestido ideal em uma competição de looks. Os usuários também podem conferir os últimos lançamentos da Adidas e da (<https://www.youtube.com/watch?v=TiCaSqH2OWs>) Hyundai (<https://www.hyundai.com.br/universo-hyundai/institucional/hyundai-mobility-adventure.html>), ou assistir a um show do cantor Elton John (https://www.youtube.com/watch?v=5KHfW-66yNo&ab_channel=BloxyNews), numa espécie de metaverso.

Avatares com aparência de bonequinhos de lego e cenários com aspecto de blocos de brinquedo são atrativos para o público de pouca idade. Mas os grandes diferenciais são as ferramentas disponibilizadas pela plataforma para a programação de jogos e a possibilidade de retorno financeiro. Ou seja, o usuário pode não apenas jogar, mas também criar – e até ser pago por isso.



Roblox é uma plataforma de jogos em que os usuários criam seus próprios avatares para viver as mais variadas “experiências” (Foto: Reprodução/Roblox)

A Roblox não só **Repórter** incentivava a monetização das experiências

(https://www.youtube.com/watch?v=L6HXinYTt0&ab_channel=RobloxLevelUp), como lista estratégias

APOIE (/apoie/) Q ≡

(<https://create.roblox.com/docs/pt-br/production/earning-on-roblox>)

para que isso aconteça. Criar produtos especiais, como uma espada poderosa ou um tênis voador, é uma delas. Outra tática é cobrar dos jogadores para liberar o acesso a ambientes restritos nos jogos.

Tudo isso pode ser pago em Robux, uma moeda virtual criada pela plataforma. “Mais de 5 milhões de desenvolvedores e criadores ganharam Robux”, diz um relatório oficial da empresa sobre as operações de 2023.

O Robux até pode ser trocado por dinheiro de verdade, mas isso é para poucos. Apesar de alegar ter 80 milhões de usuários, somente 16,5 mil foram remunerados até o momento, segundo a empresa. É sobre essa expectativa de pagamento para crianças que recaem as suspeitas do MPT.

“Crianças e adolescentes, na esperança de obtenção de lucros com a aquisição da moeda virtual do jogo e sua posterior conversão em dinheiro real, desempenham a atividade de desenvolvimento de novos jogos no âmbito da plataforma da empresa”, diz um parecer da Coordinfância, do MPT, a que a **Repórter Brasil** teve acesso com exclusividade.



Jovem busca trabalho no Discord em comunidade voltada a desenvolvedores da Roblox (Imagem: Reprodução/Arte Rodrigo Bento)

Concretizada a venda de games e produtos criados a outros jogadores, uma parte dos ganhos fica com a plataforma e outra vai para a mão dos desenvolvedores. “É com base em tais transações que a investigada [Roblox] obtém parte dos seus lucros”, reitera o parecer da Coordinfância.

O documento ressalta ainda que, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, o trabalho infantil “não se restringe à típica relação de emprego” e pode ser estendido à prestação de “quaisquer serviços, ainda que não remunerados”.

Denúncias de pedofilia, vício em jogos e apologia ao crime

Em 2021, a Roblox abriu seu capital na bolsa americana, avaliada inicialmente em US\$ 38 bilhões, quase o PIB do Paraguai. A popularidade da empresa explodiu durante a pandemia de Covid-19: de 32,6 milhões de usuários em 2020 (<https://corp.roblox.com/pt-br/newsroom/2022/01/um-ano-na-roblox-2021-em-dados>), a corporação saltou para 79,5 milhões em 2024.

Apesar do inegável sucesso, a Roblox vem sendo alvo de diferentes denúncias mundo afora. A empresa já foi criticada por agir de forma negligente em casos pedofilia (<https://www.bloomberg.com/features/2024-roblox-pedophile-problem/>), e incentivar vício em jogos (<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2024/09/produtoras-de-videogame-sao-alvo-de-reclamacao-da-ue-por-vicio-em-jogadores.shtml>), incluindo os de azar (<https://www.theverge.com/2024/4/3/24120358/roblox-robux-illegal-gambling-online-casinos-lawsuit-section-230>). No Brasil, há até acusações de apologia ao crime organizado, (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/01/21/pcc-cv-simulacao-de-crimes-atrai-criancas-para-jogo-online.htm>) com jogos simulando compras de armas da facção criminosa PCC.

Sobre a empresa pesam também acusações no Reino Unido sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes (<https://www.theguardian.com/games/2022/jan/09/the-trouble-with-roblox-the-video-game-empire-built-on-child-labour>), tal como a investigação em curso no MPT-SP.

Em manifestação enviada ao órgão em julho do ano passado, a Roblox negou a existência de relação de trabalho com os usuários. A nota

afirmava que seu sistema “nada mais é do que uma plataforma de jogos que permite que os usuários joguem uma grande variedade de jogos, criem seus jogos e itens de personalização do avatar e conversem com outras pessoas online”.

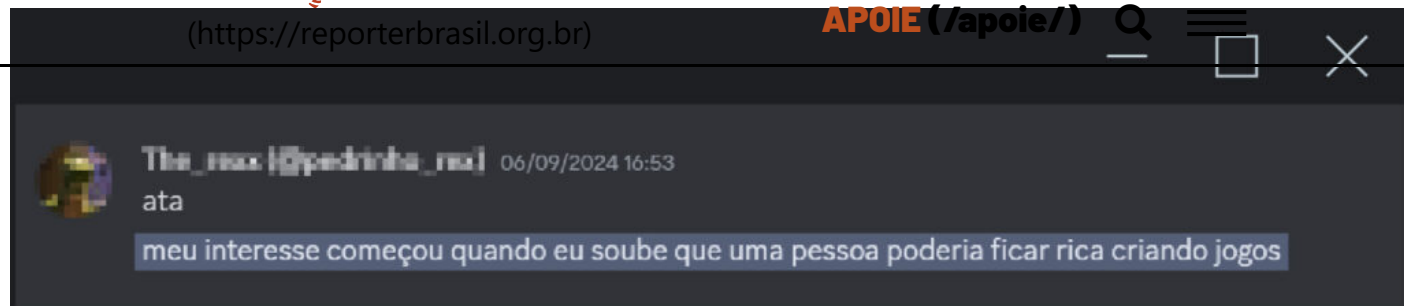
A manifestação enviada ao MPT paulista destoa do posicionamento de Stefano Corazza, um dos principais executivos da Roblox. Em entrevista concedida em março deste ano, ele afirmou (<https://www.eurogamer.net/roblox-studio-boss-children-making-money-on-the-platform-isnt-exploitation-its-a-gift>), que a plataforma é um “presente” para os jovens desenvolvedores.

“Você pode dizer: ‘ok, estamos explorando trabalho infantil’, certo? Ou pode dizer: estamos oferecendo às pessoas em qualquer lugar do mundo a capacidade de conseguir um emprego e até mesmo uma renda. Eu posso ter 15 anos e viver em uma favela na Indonésia, e agora, com apenas um laptop, posso criar algo, ganhar dinheiro e sustentar minha vida”, disse Corazza.

A argumentação do executivo da Roblox não convence Ivan Mussa, professor do Departamento de Mídias Digitais e do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em sua opinião, a esmagadora maioria das crianças não terá qualquer ganho financeiro.

“Para um criador de uma favela da Indonésia ganhar, você precisa de um exército de outras pessoas, em outras favelas de outros países, que estão com a mesma ilusão, que estão produzindo jogos para Roblox, e que geram lucro [para a plataforma]”, rebate o professor. “Tem um desequilíbrio de poder sobre quem faz e quem lucra”, conclui.

Um dos adolescentes entrevistados pela reportagem, de 17 anos, é sincero ao responder se começou a programar na Roblox por dinheiro ou por diversão: “metade, metade”, responde. Ele admite que “o negócio de ganhar dinheiro na Roblox é meio complicado”, mas se diz otimista. “Tudo é possível, vale a pena investir. Basicamente, se o jogo ficar tudo certo, a Roblox ganha muito também”.



Comentário de adolescente no app Discord a respeito das oportunidades na Roblox (Imagem: Reprodução/Arte Rodrigo Bento)

Produção frequente pode ser indício de ‘profissionalização’

Guto, 13, passa de duas a três horas programando na plataforma todos os dias, mas garante que isso não afeta seus estudos. José, 13, estima gastar quatro horas por dia com a criação de games de segunda a sexta, e “de 6 a 7 horas” aos sábados e domingos. Já Leandro, 13, afirma fazer um regime de “6×3 [seis horas a cada dia, por três dias], mas às vezes passa de 12 horas”, reconhece.

A maioria dos desenvolvedores entrevistados pela **Repórter Brasil** mantém uma produção frequente de conteúdo na Roblox. A habitualidade e o grande número de horas dedicadas à plataforma é um indício de profissionalização da atividade, avalia Adriana Sena Orsini, professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“Se tem uma regularidade de produção, existe a possibilidade de ser considerado um trabalho infantil”, afirma. Ainda que a Roblox negue qualquer implicação trabalhista, Orsini afirma que a plataforma deve assumir responsabilidades: “É ela que recebe o jogo, o dinheiro que é pago é dela. E a Roblox sedia o espaço onde ocorre o desenvolvimento dos jogos”, complementa.

Sem se referir ao caso específico da Roblox, a procuradora Ana Segatti, do MPT-SP, diz que é preciso levar em conta a importância das atividades desempenhadas por crianças e adolescentes em qualquer plataforma. “Se ela não existir sem esse serviço, como é que você vai falar que não tem relação de trabalho?”, questiona.

A reportagem perguntou aos desenvolvedores se eles consideram a criação de conteúdo no Roblox como um trabalho. “Acho que sim, já que paga, o bom é isso, eu faço o que eu gosto e estou podendo ganhar com isso. O pessoal da sala começa a se interessar por isso por volta dos 15 a 16 anos, pois estão perto de serem adultos e precisam começar a ganhar dinheiro”, disse Lucas, em entrevista à **Repórter Brasil** pelo aplicativo de mensagens Discord. “Pra mim é um trabalho, mas é um trabalho que eu gosto, entendeu?”, conta Beto.

Por meio do Discord, reportagem conversou com adolescentes sobre atividades na Roblox (Foto: Reprodução)

Apesar de a reportagem ter encontrado em grupos de desenvolvedores no Discord pedidos de pagamentos em PIX e até “gift cards” (cupons de troca em lojas virtuais), boa parte deles recebe apenas em Robux, a moeda virtual do jogo.

A conversão para dinheiro real é um desafio, segundo os adolescentes. O saque é permitido aos usuários de ao menos 13 anos e com a quantia mínima de 30 mil Robux (o equivalente a R\$ 587 (<https://en.help.roblox.com/hc/pt-br/articles/13061189551124-C%C3%A2mbio-para-desenvolvedores-P%C3%A1gina-de-ajuda-e-informa%C3%A7%C3%B5es>), na cotação atual). Na maior parte das vezes, eles acabam reinvestindo os ganhos nos próprios games.

“Estamos falando não de uma empresa de jogos, mas de uma plataforma cujo modelo não é particularmente inovador, mas a dimensão da monetização é”, atenta Thiago Falcão, professor do Departamento de Mídias Digitais e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. “É uma coisa imensa e a gente acha que é só um joguinho que as crianças jogam”, finaliza.

*Os nomes dos envolvidos foram alterados para preservar suas identidades

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/) Q ≡

~~Esta reportagem foi realizada com apoio do Instituto Alana~~

(<https://alana.org.br/>).

Leia também

APÓS MATÉRIA DA REPÓRTER BRASIL, GOVERNO PUBLICA NORMA PARA 'CIDADE DE DATA CENTERS' NO RS
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/05/APOS-REPORTAGEM-GOVERNO-PUBLICA-NORMA-DATA-CENTERS-RS/](https://reporterbrasil.org.br/2025/05/APOS-REPORTAGEM-GOVERNO-PUBLICA-NORMA-DATA-CENTERS-RS/))

TIKTOK: 'EQUÍVOCO' EM PROCESSO FAZ JUSTIÇA ANULAR CONDENAÇÃO POR TRABALHO ARTÍSTICO INFANTIL
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/JUSTICA-ANULA-CONDENACAO-TIKTOK-TRABALHO-ARTISTICO-INFANTIL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/JUSTICA-ANULA-CONDENACAO-TIKTOK-TRABALHO-ARTISTICO-INFANTIL/))

'OBRIGADA PELO PRODUTINHO': MARCAS USAM BRECHAS PARA EXIBIR CRIANÇAS EM PUBLIS
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/TIKTOK-INFLUENCIADORES-MIRINS-PUBLICIDADE-INFANTIL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/TIKTOK-INFLUENCIADORES-MIRINS-PUBLICIDADE-INFANTIL/))

'INFLUENCERS MIRINS' ATUAM EM BIG TECHS SEM ALVARÁ JUDICIAL, EXIGIDO NA TV
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/INFLUENCERS-MIRINS-BIG-TECHS-ALVARA-JUDICIAL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/INFLUENCERS-MIRINS-BIG-TECHS-ALVARA-JUDICIAL/))



(/)

APOIE**JORNALISMO (/jornalismo/)**

[Diretos Humanos \(/jornalismo/direitos-humanos/\)](#)
[Mundo do Trabalho \(/jornalismo/mundo-do-trabalho/\)](#)
[Povos Tradicionais \(/jornalismo/povos-tradicionais/\)](#)
[Questão Agrária \(/jornalismo/questao-agraria/\)](#)
[Socioambiental \(/jornalismo/socioambiental/\)](#)
[Trabalho Escravo \(/jornalismo/trabalho-escravo/\)](#)
[English \(/jornalismo/english\)](#)
[Especiais \(/jornalismo/especiais/\)](#)

PESQUISA (/pesquisa/)

[Impacto \(/pesquisa/impacto/\)](#)
[Sobre \(/pesquisa/sobre\)](#)
[O que fazemos \(/pesquisa/sobre#o-que-fazemos\)](#)
[Parcerias \(/pesquisa/parcerias/\)](#)
[Biblioteca \(/pesquisa/biblioteca/\)](#)
[English \(/pesquisa/biblioteca-en/\)](#)

EDUCAÇÃO (<https://escravonempensar.org.br/>)

[Sobre \(<https://escravonempensar.org.br/sobre/>\)](https://escravonempensar.org.br/sobre/)
[Nossas ações](#)
[\(<https://escravonempensar.org.br/nossas-acoes/>\)](https://escravonempensar.org.br/nossas-acoes/)
[Biblioteca](#)
[\(<https://escravonempensar.org.br/biblioteca/>\)](https://escravonempensar.org.br/biblioteca/)
[EducaRB \(<https://escravonempensar.org.br/educarb/>\)](https://escravonempensar.org.br/educarb/)

PODCASTS (/radiobatente/covamedida/)

[Cova medida \(/radiobatente/covamedida/\)](#)
[Esperança \(/radiobatente/esperanca/\)](#)
[Jornadas \(/radiobatente/jornadas/\)](#)
[Trabalheira \(/radiobatente/trabalheira/\)](#)

VÍDEOS (/videos/)

[Reportagens \(/videos/\)](#)
[Documentários \(/documentarios/\)](#)
[Outros](#)
[\(<https://www.youtube.com/reporterbrasil>\)](https://www.youtube.com/reporterbrasil)

SOBRE NÓS

[Quem somos \(/quem-somos/\)](#)
[Equipe \(/expediente/\)](#)
[Transparência \(/transparencia/\)](#)
[Prêmios \(/premios/\)](#)
[Contato \(/contato/\)](#)

[\(https://www.instagram.com/reporterbrasil/\)](https://www.instagram.com/reporterbrasil/) [\(https://www.facebook.com/reporterbrasil/\)](https://www.facebook.com/reporterbrasil/) [\(https://www.linkedin.com/company/reporterbrasil/\)](https://www.linkedin.com/company/reporterbrasil/)

Novidades

**REPÓRTER
BRASIL**[\(https://escravonempensar.org.br/novidades/\)](https://escravonempensar.org.br/novidades/)<https://reporterbrasil.org.br>[Participe \(https://escravonempensar.org.br/participe/\)](https://escravonempensar.org.br/participe/)**ASSINE NOSSA NEWSLETTER**

Receba as investigações da agência de
jornalismo da Repórter Brasil no seu e-mail. (/newsletter/)

Desenvolvido por Studio Cubo (<mailto:contato@studiocuboweb.com.br>) e Design por Paula
Carvalho

**REPÓRTER
BRASIL**

(https://reporterbrasil.org.br)

APOIE (/apoie/)  

BIG TECHS (//REPORTERBRASIL.ORG.BR/JORNALISMO/MUNDO-DO-TRABALHO/)

Como crianças e adolescentes usam o Discord para achar trabalho na Roblox

Em comunidades do aplicativo de mensagens, pessoas com menos de 18 anos oferecem e encontram trabalho na criação de games para a Roblox, ultrapassando a fronteira da diversão; MPT investiga possível exploração de trabalho infantil

POR **ISABEL HARARI** | EDIÇÃO **CARLOS JULIANO BARROS**

11/10/2024



Receba o conteúdo da Repórter Brasil direto na sua caixa de email.

Assine nossa newsletter.

email



“TENHO 13 ANOS, SOU REPÓRTER DO REPÓRTER BRASIL, tenho experiência a quase 3 anos, sei fazer animação + BRASILEIRO (limpa/clean), método de pagamento, dependendo do jogo pode ser de graça, caso queira pagar acho que de 100 robux já basta.”

Quem passa um tempo fuçando nos fóruns de bate-papo do aplicativo Discord não enfrenta dificuldades para encontrar crianças e adolescentes envolvidas em anúncios de trabalho na Roblox – uma das mais importantes plataformas de games do mundo.

O Discord já esteve associado à disseminação de conteúdos violentos e extremistas (<https://apublica.org/2023/04/discord-desobedece-as-proprias-regras-e-permite-conteudo-violento-e-extremista/>), e à produção de propaganda eleitoral irregular (<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2024/09/ligado-a-marcal-canal-no-discord-promove-competicoes-para-divulgacao-de-cortes.shtml>). Mas a **Repórter Brasil** mergulhou por semanas no aplicativo e descobriu que, em suas comunidades, também é possível topar com crianças e adolescentes oferecendo sua mão de obra, bem como achar desenvolvedores contratando pessoas abaixo de 18 anos para a criação de jogos na Roblox. Uma fronteira não delimitada entre diversão e trabalho.

Receba o conteúdo da Repórter Brasil direto na sua caixa de email.

Assine nossa newsletter.

email





Em post do Discord, adolescente promete trabalhar “até de graça” em criação de jogo (Reprodução / Arte: Rodrigo Bento)

Receba o conteúdo da Repórter Brasil direto na sua

A Roblox virou febre mundial por oferecer um leque diverso de

“experiências”, como são chamados os jogos online. Quase 80 milhões de usuários acessam a plataforma diariamente para andar de skate, adotar um pet ou buscar o vestido ideal para uma competição de looks.

O grande diferencial é a possibilidade de jogadores criarem e monetizarem seus próprios games e acessórios virtuais, como espadas poderosas e tênis voadores. O jogo vem atraindo cada vez mais programadores, incluindo adolescentes, motivo pelo qual a plataforma virou alvo de uma investigação do Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo (<https://reporterbrasil.org.br/2024/10/roblox-fronteira-game-trabalho-infantil/>), por suspeita de trabalho infantil.



A **Repórter Brasil** procurou a assessoria do Discord, mas não recebeu retorno até o fechamento desta matéria. O texto será atualizado, caso um posicionamento seja enviado. Já o advogado que representa a Roblox no Brasil afirmou que “a empresa optou por não comentar”.

Roblox vira alvo de investigação: é jogo ou trabalho infantil?



Sucesso na Roblox é uma ‘roleta russa’

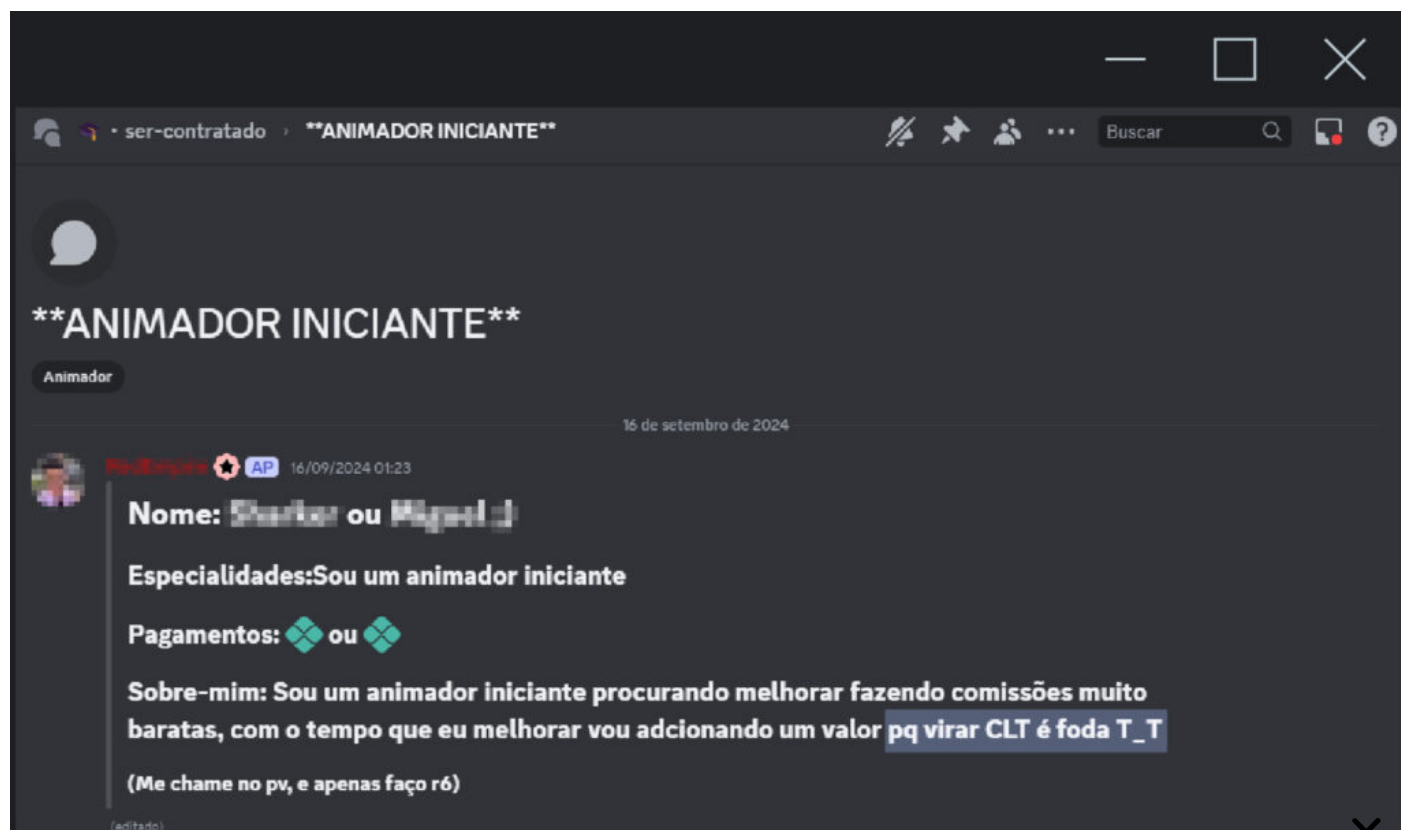
Receba o conteúdo da Repórter Brasil direto na sua

Denúncias sobre exploração de trabalho infantil na Roblox já vieram à tona em outros países

Assine nossa newsletter
(<https://www.theguardian.com/games/2022/jan/09/the-trouble-with-roblox-the-video-game-empire-built-on-child-labour>). Por aqui, o Discord se tornou o principal espaço de recrutamento de crianças e adolescentes para uma nebulosa indústria de games.

No aplicativo de mensagens, as chamadas de “servidores”. Em um dos, a reportagem, com mais de 9.700 pessoas, é possível a gramação que ensinam, por exemplo, como animar a criar uma peça de roupa para um avatar, bem como tráfego em fóruns temáticos, inclusive por chats de voz. Os interessados em demandar e oferecer trabalho anunciam nas “contratar” e “ser contratado”.

“Por enquanto eu só converso pelo Discord. Anuncio meu trabalho para eles verem se sou apto para o que precisam”, escreveu Lucas, de 16 anos, à Repórter Brasil, pelo chat do aplicativo. Os nomes dos adolescentes ouvidos pela reportagem foram alterados para preservar suas identidades.



Receba em conteúdo do Repórter Brasil direto na sua caixa de email.

Assine nossa newsletter.

Dentro de um servidor do Discord, o sistema é bem organizado. Os jovens programadores seguem um modelo preenchendo fichas com nome, especialidades, forma de pagamento e portfólio. A partir daí, as interações acontecem.

“É mais no papo”, explica Beto, sobre as interações feitas pelo Discord. Aos 17 anos, ele já coordena outros jovens programadores. “[A equipe] tem quase a mesma idade que eu, mas um pouco mais novo, mas a maioria é mais de 13 anos”, diz Beto. “Eu tenho muita confiança, acho que até dá para fazer um contrato real, mas sei se muitos são a favor”, concorda Lucas.



O sistema de pagamento é variado. Há quem receba por tarefa cumprida. Em alguns casos, crianças e adolescentes chegam a ganhar um valor definido por mês. Em outros, elas só têm a promessa de ver a cor do dinheiro se o jogo vier a dar lucro – a modalidade desperta críticas, uma vez que não há garantias de que uma experiência tenha sucesso na Roblox. “É uma roleta russa”, compara Lucas.

“Você vai depender 100% do algoritmo da plataforma para que ele [jogo] dê certo ou não”, diz outro usuário, em um chat no Discord. Em seguida, outro perfil reforça: “estou desenvolvendo um jogo com expectativa de lucro superior a R\$200.000 por mês. Mas isso somente se o jogo tiver sucesso, caso contrário, não receberei nada”.

A monetização é feita principalmente por meio do Robux, uma moeda virtual da Roblox que até pode ser convertida em dinheiro de verdade. Dá para jogar de graça, mas para ter acesso a determinadas funcionalidades ou personalizar seu avatar é preciso aplicar um mínimo de R\$ 29,90 e comprar 400 Robux. Já para retirar dinheiro, é necessário juntar 30 mil Robux para converter em 105 dólares (R\$ 587, na cotação atual). No catálogo da Roblox, uma espada, por exemplo, pode custar de 55 a milhares de Robux.

Receba o conteúdo da Repórter Brasil direto na sua
caixa de email.

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

Assine nossa newsletter.

email^{email}



Calotes e pagamentos atrasados geram reclamações de queixa

Na própria plataforma da Roblox, é possível encontrar postagens sobre “oportunidades” de trabalho. No “Roblox Talent Hub” (Central de Talentos da Roblox), uma comunidade livre, um desenvolvedor de 16 anos apresenta-se em inglês aos potenciais contratantes: “ainda que você não esteja satisfeito com o meu nível de experiência, espero que minhas criações o convençam do contrário”.





REPÓRTER

(https://reporterbrasil.org.br)

APOIE (/apoie/)



Creator Hub

Dashboard

Team

Store

Talent

Forum

Roadmap

Search Jobs



Jump Out Trampoline // HIRING MANAGEMENT

Full Time - Compensation: ©

Open

Apply

Description

About our community -

Get ready to soar to new heights at Jump Out Trampoline, the ultimate trampoline park experience on Roblox! Our group is dedicated to bringing you the best in fun, excitement, and community engagement. Whether you're here to bounce with friends, participate in thrilling events, or show off your flipping skills, we've got something for everyone.

What we need - Jump Out Trampoline on Roblox is expanding, and we're looking to fill vital roles in our Human Resources, Staffing, and Public Relations departments. If you're passionate about creating an amazing virtual experience, we want you on our team!

Disclaimer: All applicants for roles in the Human Resources, Staffing, and Public Relations departments at Jump Out Trampoline Roblox must complete an application or undergo an interview before being considered for a position. These steps are necessary to ensure the right fit for our team.

Requirements

- Age of 13 years or older.
- Must have a discord account.
- Strong communication skills and availability to work with a remote team.
- Previous Roblox experience or similar virtual platforms is highly desirable.
- A passion for creating a fun and safe gaming experience for all players.

Skills

Management Leadership

Compensation



Disclaimer: Please note that all roles in the Human Resources, Staffing, and Public Relations departments for Jump Out Trampoline Roblox are volunteer positions and do not offer any form of payment. These positions are designed for players who are passionate about contributing to the community and enhancing the overall game experience.

Requirements

- Age of 13 years or older.
- Must have a discord account.
- Strong communication skills and availability to work with a remote team.
- Previous Roblox experience or similar virtual platforms is highly desirable.
- A passion for creating a fun and safe gaming experience for all players.

Receba o conteúdo da Repórter Brasil direto na sua caixa de email.

Assine nossa newsletter

email

Na Roblox Talent Hub, página oficial da plataforma, há anúncios de vagas de trabalho para candidatos acima de 13 anos e com conta no Discord (Reprodução / Arte: Rodrigo Pinto)

Há também anúncios de pessoas que buscam mão de obra para formar sua própria equipe. Além disso, há vagas também em inglês, o contratante exige que os interessados tenham experiência com o desenvolvimento de um jogo tenham mais de 13 anos e uma conta no Discord.

Na avaliação de Adriana Sereno, professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fica claro que os membros das



comunidades no Discord, incluindo crianças e adolescentes, estão à procura de trabalho.



**REPORTER
BRASIL**

APOIE (apoie/)

“Elas não estão procurando diversão”, avalia. A possibilidade de pagamentos mensais fortalece o argumento. “Aquilo ali é uma relação de trabalho, sem muita discussão”, afirma.

A professora Arlete dos Santos Petry, do Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), concorda. “Não é uma troca, é compra, envolve dinheiro. Eu diria que é um trabalho sem nenhuma garantia trabalhista”, resume.

A falta de garantias, por sinal, é motivo de queixas. Pagamentos em atraso ou abaixo do inicialmente combinado são reclamações recorrentes. Há denúncias até de calotes. “Infelizmente está se tornando bem comum de acontecer”, lamenta Guto, que costuma passar de duas a três horas programando na plataforma, todos os dias. Ele já entregou um trabalho orçado em 900 Robux, mas só recebeu 100 porque “o cliente falou que perdeu todos os Robux [no jogo]”. Léo também já teve problemas: “o cliente só foi me pagar um mês depois”.

Em manifestação enviada ao MPT em razão da investigação por trabalho infantil, a Roblox nega a existência de relação de trabalho com os usuários. A nota afirmava que seu sistema “nada mais é do que uma plataforma de jogos que permite que os usuários joguem uma grande variedade de jogos, criem seus jogos e itens de personalização do avatar e conversem com outras pessoas on-line”.

Apesar dos 80 milhões de usuários por dia, a Roblox contabiliza apenas 16,5 mil criadores habilitados para ganhar dinheiro. Só no ano passado, a empresa diz que pagou US\$ 74 milhões aos desenvolvedores. Não há informações sobre o número de funcionários. Mas, em entrevista ao canal Meio e Fim, o diretor sênior da equipe de parcerias com marcas, o Brasil foi o quarto maior mercado para desenvolvedores em 2023. “Estamos incrivelmente animados com a comunidade”, comemorou.



A professora Adriana Sena Orsini, da UFMG, ressalta que a plataforma de games precisa ter controle sobre todas as etapas de produção, mesmo que o eventual recrutamento de crianças e adolescentes aconteça por meio do Discord, aplicativo que ela descreve como "terra de ninguém".

“A Roblox tem que se responsabilizar que não tenha trabalho infantil no meio da produção dos seus jogos. Tem que parar de hipocrisia. Claro que tem brincadeira, mas tem trabalho. Se detectado o trabalho, ela tem que tratar isso com a adequação necessária”, finaliza.

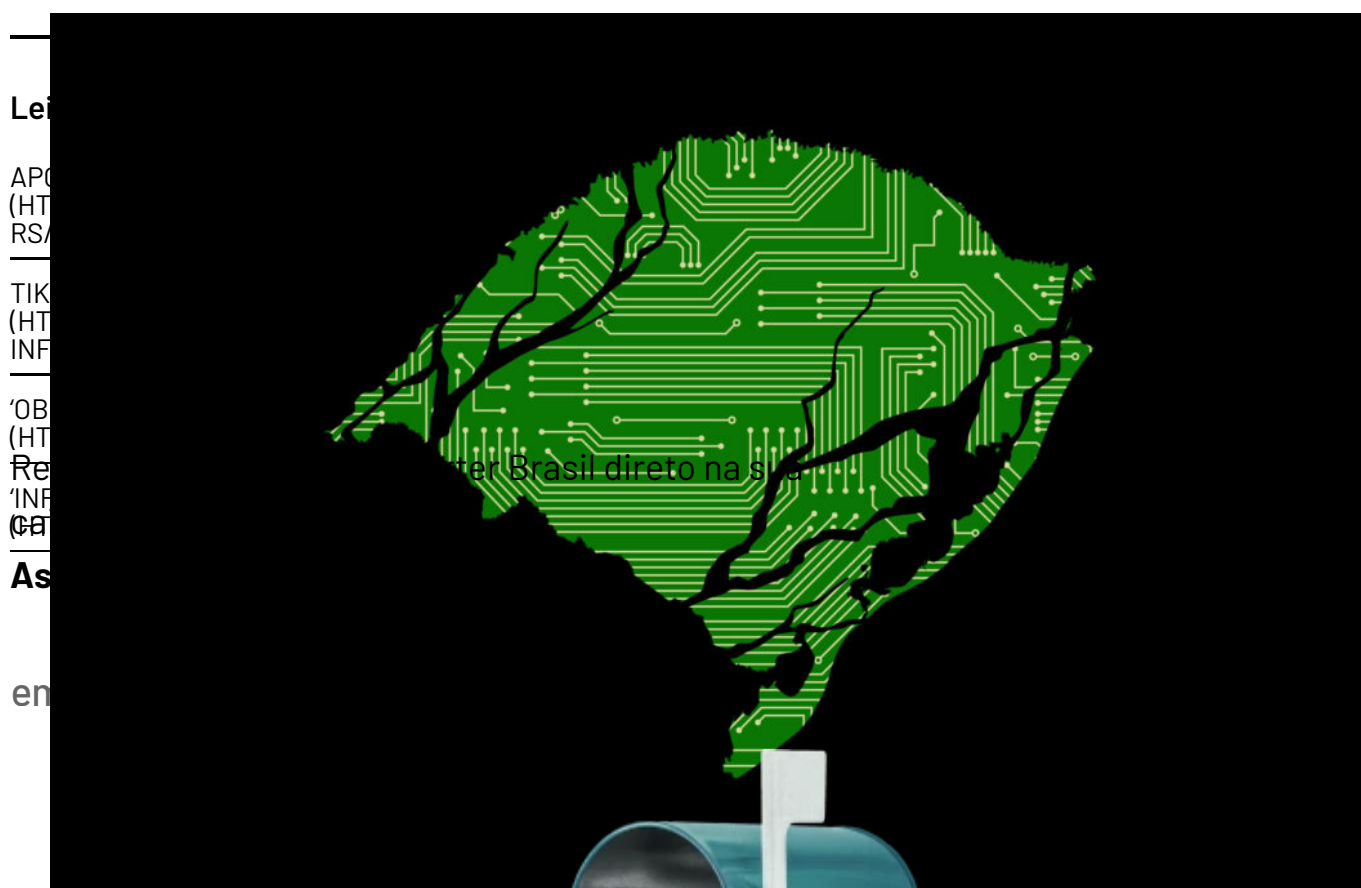
LEIA TAMBÉM

Esta reportagem foi realizada com apoio do Instituto Alana

Socioambiental (<https://reporterbrasil.org.br/?pilar=socioambiental>)

Após matéria da Repórter Brasil, governo publica norma para ‘cidade de data centers’ no RS (<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>)

Por Paula Bianchi



(<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>)



(/)

APOIE



BIG TECHS ("/JORNALISMO/MUNDO-DO-TRABALHO/")

Como TikTok e Kwai usam crianças e adolescentes para treinar inteligência artificial

Para ganhar dinheiro nas redes sociais, crianças e adolescentes fazem microtarefas que alimentam sistemas de inteligência artificial. "Todos estão obcecados", define jovem de 17 anos que relata ter ficado 10 horas seguidas no Kwai para juntar R\$ 3

POR **ISABEL HARARI** | EDIÇÃO **CARLOS JULIANO BARROS**

09/12/2024



MARTINA*, de 13 anos, ganhou R\$ 10 assistindo a vídeos publicitários no Kwai. Ela dividiu o dinheiro em duas partes: metade para o leite dos sobrinhos e o restante para pirulitos no mercado próximo à sua casa, na zona leste de São Paulo (SP).

A 2 mil quilômetros de distância, no Território Indígena do Xingu (MT), o adolescente Ware, de 16 anos, também foi atraído pela expectativa de ganhar renda nas redes sociais. Com os R\$ 5 que faturou vendo anúncios, comprou uma camisa: “não é muito, mas dá para o gasto”, comenta.

Capturados pela promessa de dinheiro fácil na internet, crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, ouvidos pela **Repórter Brasil**, têm gastado diversas horas do dia em “microtarefas” no Kwai e no TikTok.

Curtindo perfis de usuários, compartilhando links, visualizando vídeos e fazendo pesquisas simples no buscador, eles formam – mesmo sem saber – uma mão de obra invisível e barata que alimenta os sistemas de inteligência artificial (IA) dessas plataformas digitais.

Kwai e TikTok pagam centavos por trabalho de crianças e adolescentes na i...



Nos depoimentos colhidos pela reportagem, há relatos sobre exposição a conteúdos não recomendados para essas faixas etárias, como linguagem violenta e jogos de azar – as chamadas “bets”. “Tinha muita agressão”, lembra Luan, adolescente indígena de Baía da Traição (PB).

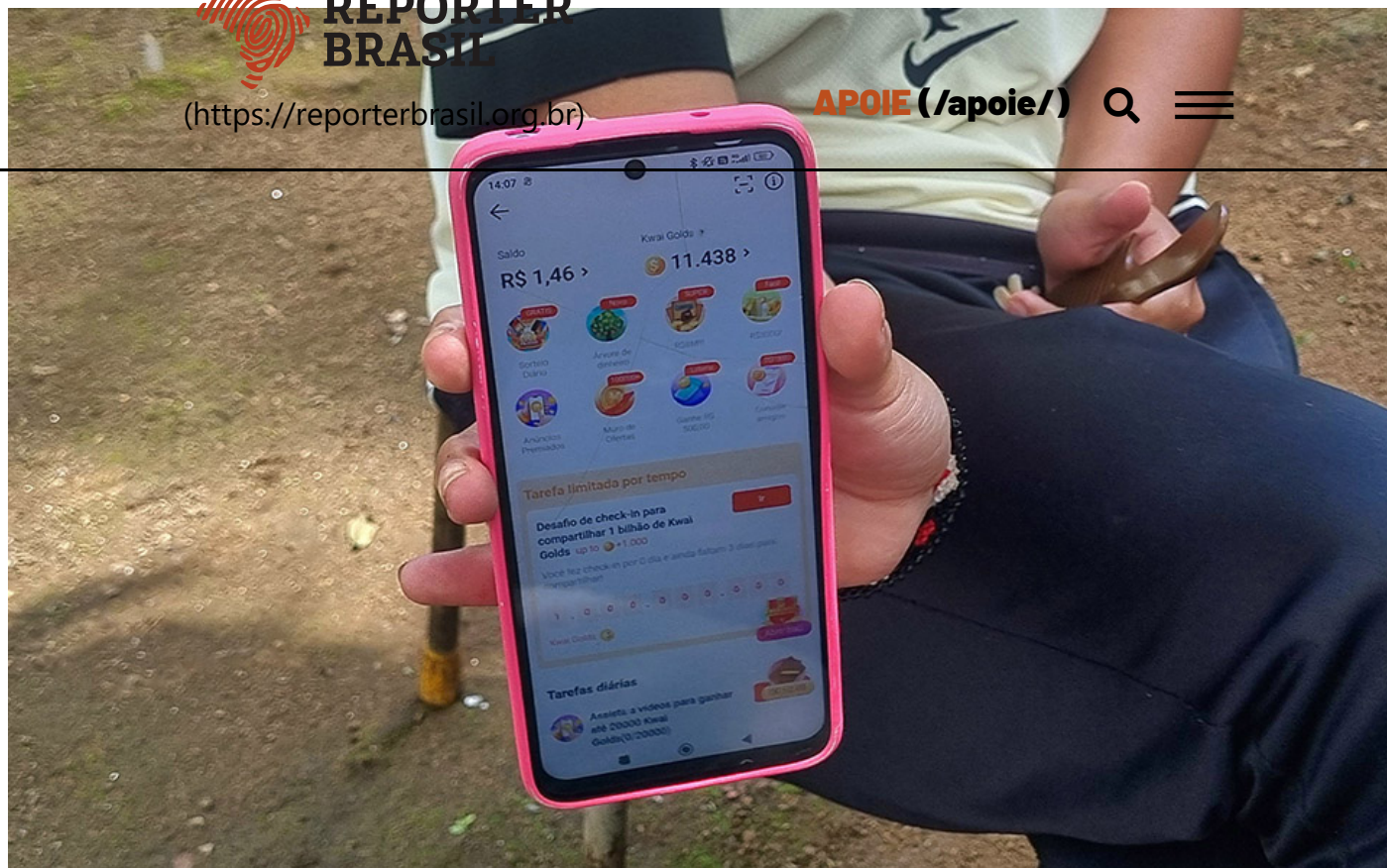
Também são comuns reclamações atribuídas ao uso excessivo de smartphones. “Meus dedos ardiam de tanto que eu ficava na tela do celular”, conta Martina. Uma adolescente indígena de 17 anos, da zona sul da capital paulista, afirma ter passado 10 horas seguidas no Kwai para juntar apenas R\$ 3. “Todos estão obcecados”, define.

Além disso, não há clareza sobre o uso das informações pessoais de crianças e adolescentes, consideradas ainda mais sensíveis pela LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Trabalho com ares de diversão

Em tese, é preciso ter 13 anos para abrir uma conta nos dois aplicativos e pelo menos 18 (ou autorização dos pais, no caso do Kwai) para ganhar dinheiro com microtarefas.

Na prática, os usuários ouvidos pela **Repórter Brasil** dizem não enfrentar grandes dificuldades para burlar essas regras. Na hora de criar um perfil, nenhuma comprovação de idade é exigida, para além da digitação da data de nascimento. Já na retirada de dinheiro, contas de parentes ou amigos são facilmente utilizadas.


**REPÓRTER
BRASIL**
<https://reporterbrasil.org.br>
APOIE (/apoie/)


Crianças e adolescentes passam horas no smartphone para juntar centavos (Foto: Isabel Harari / Repórter Brasil)

As atividades são realizadas com ares de brincadeira, como se fizessem parte de um jogo. “Eu não conseguia parar de assistir os anúncios para ganhar dinheiro. Eu comprava meus doces e ficava feliz da vida, achando que estava rica”, lembra Martina.

“É um trabalho que se vende como uma forma de diversão”, explica Matheus Viana, psicólogo e professor da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais). “Mas quais são os efeitos no médio e longo prazo para a saúde mental desses jovens?”, questiona.

Microtarefas não são propriamente uma novidade na internet. Há anos, plataformas estrangeiras, como a Amazon Mechanical Turk, e nacionais, como a Ganhar nas Redes, recrutam pessoas para diferentes tipos de trabalho.

Recebendo centavos (ou ainda menos) por cliques, elas enfrentam jornadas cansativas e são pagas para, por exemplo, categorizar produtos em marketplaces ou inflar a base de seguidores de perfis nas redes sociais.



Mais recentemente, Kwai e TikTok têm incorporado essas microtarefas às suas próprias plataformas. Ou seja, em vez de terceirizar o serviço, elas estimulam seus próprios usuários a treinar seus sistemas de IA.

“Claramente, é um trabalho de dados”, afirma Rafael Grohmann, professor da Universidade de Toronto e diretor do DigiLabour. Segundo ele, o modelo “in house” (internalização) é uma forma encontrada pelas empresas para garantir mais controle sobre o uso dos dados produzidos e moderados pelos seus usuários.

“Ao invés das crianças ou dos adolescentes estarem estudando, ou desenvolvendo alguma outra habilidade que é propícia para a idade, eles já estão entrando numa lógica de mercado de trabalho muito mais cedo do que deveriam, e de forma extremamente precarizada e sem direitos”, pondera Renan Kalil, procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) e doutor em direito pela USP.

Na avaliação de Kalil, as empresas que oferecem esses serviços devem ser responsabilizadas já que, “se a plataforma em si não existisse, aquele trabalho não ia acontecer”.

Em nota enviada à reportagem, o TikTok afirma usar “tecnologia de machine learning” e contar com um time de moderadores “para identificar contas que possivelmente pertençam a pessoas com menos de 13 anos”. Já o Kwai alega monitorar “hábitos e comportamentos para identificar possíveis usuários que informaram a idade de forma incorreta”. Leia a íntegra das respostas [aqui](https://reporterbrasil.org.br/2024/12/integra-posicionamentos-kwai-tiktok/) (<https://reporterbrasil.org.br/2024/12/integra-posicionamentos-kwai-tiktok/>) e ao longo desta reportagem.

Plataformas pagam centavos para usuários



REPORTER
BRASIL

Para começar a trabalhar, basta abrir os aplicativos. Com apenas um clique, os usuários já começam a monetizar, como relata Tomás, de 9 anos.

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/)



Ele assistia a vídeos no Kwai quando notou na timeline um ícone arredondado com o desenho de um baú de pirata, recheado de moedas douradas. “Eu apertei na ‘bolinha’ e vi que tinha como tirar dinheiro”, conta.



**REPÓRTER
BRASIL**

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/)  

←  **REPÓRTER BRASIL** 🔍

(<https://reporterbrasil.org.br>) **APOIE (/apoie/)** 🔍 ≡


GRANDE GANHO
107.96

 **KWAI BÔNUS**  **1.4X**

 **Seguir**

 **934**

 **659**

 **Com...ilhar**



"como você ganha tanto dinheiro assim?"

TIGRINHOOFICIAL

Tigrinho tá pagando #tigrinho #tigrinho 🐯 #bet #dinheiro #mulheres



Compartilhe seus pensamentos atu... 🙌 ❤️ 😂

Crianças e adolescentes são expostas a linguagem violenta e jogos de azar (Reprodução: Kwai)



APOIE (apoie/) Q

Paula, uma adolescente de 17 anos da Terra Indígena Lençóis Para, na zona sul da capital paulista, também entrou no mundo das microtarefas por não resistir ao baú do Kwai Bônus. “Eu cliquei e me vicie”, admite.

Para cada tipo de tarefa, há uma “recompensa”. Em ambas as plataformas, os pagamentos são feitos por meio de uma moeda virtual própria, que pode ser trocada por dinheiro de verdade. Para conseguir R\$ 1, é preciso acumular 10 mil Kwai Golds ou 10 mil pontos no TikTok.

A visualização de um anúncio no Kwai de ao menos 30 segundos, por exemplo, paga cerca de 280 Kwai Golds (ou R\$ 0,028). Já o “bônus refeição”, em que o usuário precisa fazer um mero “check in” no horário do almoço ou do jantar para se mostrar conectado ao aplicativo, rende R\$ 0,002.

No TikTok, a dinâmica é bastante similar. Dez minutos assistindo a vídeos são recompensados com 2.600 pontos (R\$ 0,26) e 18 pesquisas realizadas no buscador da plataforma valem R\$ 0,03.

Para participar de um “desafio super esportivo” proposto pelo Kwai, Ware – o jovem do Território Indígena do Xingu – precisou ativar a localização de seu celular para possibilitar a contagem de seus passos.

Carol, da zona leste de São Paulo, também participou da gincana: “quanto mais você anda, mais você ganha [moedas virtuais]”. Já André, de 11, é mais crítico, apesar da pouca idade: “todo mundo pegou essa modinha e estava caminhando por aí. Se ganhasse dinheiro mesmo, eu ia andando lá para o Tatuapé [outro bairro da zona leste paulistana]!”

A **Repórter Brasil** questionou o Kwai sobre a finalidade específica da coleta dos dados produzidos no desafio dos passos. A nota enviada pela empresa, no entanto, não respondeu a essa pergunta.

Na avaliação de especialistas, a atividade pode gerar uma informação valiosa para as empresas: a geolocalização de seus usuários.



**REPÓRTER
BRASIL**

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/)  



Solicitação de Acesso

O Kwai precisa saber sua contagem de passos para calcular os Kwai Golds que você pode ganhar!



Próximo

Agora não

“Desafio super esportivo” proposto pelo Kwai solicita geolocalização de usuários (Reprodução: Kwai)



**REPÓRTER
BRASIL**

APQIE (/apqie/)

Segundo Rafael Zanatta, co-diretor da Data Privacy Brasil, a “brincadeira” contraria a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Em seu artigo 14, a legislação prevê regras mais duras para o tratamento de informações de pessoas com menos de 18 anos. “Você não pode explorar esses metadados agregados de crianças e adolescentes para fins comerciais”, explica.

Um cuidado maior com esse tipo de informação também está previsto no PL 2628/2022

(<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154901>), aprovado no final de novembro (27) pelo Senado Federal. A proposta busca assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital e determina que as plataformas garantam “o modelo mais protetivo disponível em relação à privacidade e à proteção e privacidade de dados pessoais”.

Para Zanatta, o problema começa com o próprio design das plataformas. Ele cita ferramentas muito usadas pelos aplicativos – como os chamados “loot boxes”, anúncios de recompensas aleatórias – para prender a atenção do público. “A gamificação introduz um elemento de ludicidade, onde, na verdade, não é uma atividade puramente lúdica”, afirma.

Levi, de 15 anos, concorda: “Você fica lá assistindo sem parar. Aperta a bolinha, vai ter um bônus. Aí vai ter outro [bônus] para você recolher [moedas]. Todo dia você tem que recolher. Se não, eles não vão pagar mais”, afirma. “Ganhamos centavos. Eles [as plataformas] tiram bem mais”, complementa.

As diferentes tarefas oferecidas pelas plataformas servem para “treinar” os sistemas de inteligência artificial.

A visualização de vídeos e a realização de check ins, por exemplo, alimentam a IA por meio da geração e qualificação de dados (como o tempo de visualização e a quantidade de logins), informações importantes para algoritmos de aprendizagem.

Já o trabalho de digitar pesquisas e **APOIE**der conteúdos publicitários serve para a classificação, postagem e verificação desses dados. “Isso envolve outras etapas do treinamento de dados, que operam processos de aperfeiçoamento contínuo para garantir que os parâmetros de aprendizado sejam sempre aprimorados”, explica Matheus Viana, da UFMG.

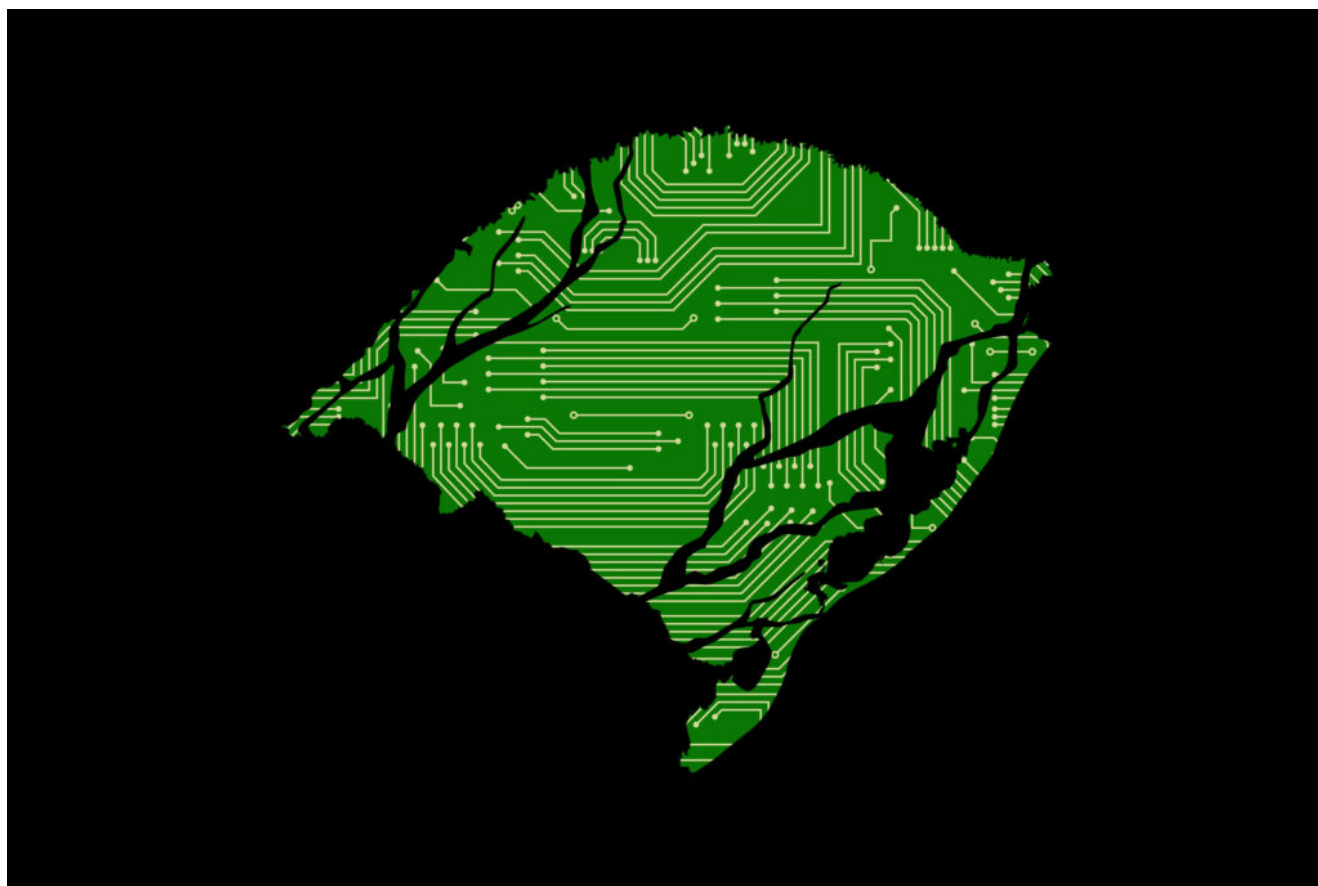
Veja como >
(/apoie/)

LEIA TAMBÉM

Socioambiental (<https://reporterbrasil.org.br/?pilar=socioambiental>)

Após matéria da Repórter Brasil, governo publica norma para ‘cidade de data centers’ no RS
(<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>)

Por Paula Bianchi



(<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>)



APOIE

JORNALISMO (/jornalismo/)

[Diretos Humanos \(/jornalismo/direitos-humanos/\)](#)

[Mundo do Trabalho \(/jornalismo/mundo-do-trabalho/\)](#)

[Povos Tradicionais \(/jornalismo/povos-tradicionais/\)](#)

[Questões de Saúde \(/jornalismo/questoes-saude/\)](#)

[Socioambiental \(/jornalismo/socioambiental/\)](#)

[Trabalho Escravo \(/jornalismo/trabalho-escravo/\)](#)

[English \(/jornalismo/english\)](#)

[Especiais \(/jornalismo/especiais/\)](#)

[PESQUISA \(/pesquisa/\)](#)

[Impacto \(/pesquisa/impacto/\)](#)

[Sobre \(/pesquisa/sobre/\)](#)

[O que fazemos \(/pesquisa/sobre#o-que-fazemos\)](#)

[Parcerias \(/pesquisa/parcerias/\)](#)

[Biblioteca \(/pesquisa/biblioteca/\)](#)

[English \(/pesquisa/biblioteca-en/\)](#)

[EDUCAÇÃO \(https://escravonempensar.org.br/\)](#)

[Sobre \(https://escravonempensar.org.br/sobre/\)](#)

[Nossas ações](#)

[\(https://escravonempensar.org.br/nossas-acoes/\)](#)

[Biblioteca](#)

[\(https://escravonempensar.org.br/biblioteca/\)](#)

[EducarB \(https://escravonempensar.org.br/educarb/\)](#)

[Novidades](#)

[\(https://escravonempensar.org.br/novidades/\)](#)

[Participe \(https://escravonempensar.org.br/participe/\)](#)

[PODCASTS \(/radiobatente/covamedida/\)](#)

[Cova medida \(/radiobatente/covamedida/\)](#)

[Esperança \(/radiobatente/esperanca/\)](#)

[Jornadas \(/radiobatente/jornadas/\)](#)

[Trabalheira \(/radiobatente/trabalheira/\)](#)

[VÍDEOS \(/videos/\)](#)

[Reportagens \(/videos/\)](#)

[Documentários \(/documentarios/\)](#)

[Outros](#)

[\(https://www.youtube.com/reporterbrasil\)](#)

[SOBRE NÓS](#)

[Quem somos \(/quem-somos/\)](#)

[Equipe \(/expediente/\)](#)

[Transparência \(/transparencia/\)](#)

[Prêmios \(/premios/\)](#)

[Contato \(/contato/\)](#)

[\(https://www.instagram.com/reporterbrasil/\)](#)
[\(https://www.facebook.com/ONGReporterBrasil/\)](#)
[\(https://www.youtube.com/channel/UC3rt-er-brasil/\)](#)
[\(https://www.linkedin.com/company/reporter-brasil/\)](#)

[ASSINE NOSSA NEWSLETTER](#)

Receba as investigações da agência de jornalismo da Repórter Brasil no seu e-mail. [\(/newsletter/\)](#)

Desenvolvido por Studio Cubo (<mailto:contato@studiocuboweb.com.br>) e Design por Paula Carvalho



No TikTok, dez minutos assistindo a vídeos são recompensados com 2.600 pontos, o equivalente a R\$ 0,26 (Reprodução: TikTok)



**REPÓRTER
BRASIL**

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/)  

O que dizem as plataformas

Em posicionamento enviado por e-mail à reportagem, o Kwai informa que a idade mínima para ingresso na plataforma é 13 anos e que “a segurança dos usuários” é “a principal premissa da sua atuação”.

A empresa afirma ainda proibir conteúdos que “retratam ou promovam abuso, exploração, perigo ou qualquer forma de dano a menores” e que tem “políticas de publicidade bastante rígidas para a proteção e a navegação segura de menores”.

Também em nota, o TikTok alega fazer uma “moderação proativa” para “localizar e remover qualquer conteúdo ou interação que possa ser relacionada a comportamentos nocivos à (sic) menores”.

O texto diz ainda que, para participar do programa de bônus e ser remunerado por microtarefas, é preciso ter mais de 18 anos e aceitar os termos de uso da plataforma. Caso o usuário infrinja as regras, ele pode ser banido. “Esse gerenciamento é feito pela nossa equipe de moderação, com auxílio de inteligência artificial”, informa o posicionamento. Leia [aqui \(https://reporterbrasil.org.br/2024/12/integra-posicionamentos-kwai-tiktok/\)](https://reporterbrasil.org.br/2024/12/integra-posicionamentos-kwai-tiktok/), as respostas na íntegra.

TikTok já foi condenado na Justiça e Kwai é investigada pelo MPF

Kwai é o apelido para “Kuaishou”, “mão leve” ou “mão rápida” em mandarim. No Brasil desde 2019, o aplicativo acumula 60 milhões de usuários (<https://exame.com/tecnologia/kwai-brasil-investimento-ji-cheng/>). O TikTok, seu principal concorrente, contabiliza mais de 82 milhões de perfis (<https://exame.com/tecnologia/ranking-mostra-quantos-brasileiros-estao-no-tiktok-em-2023/>) no país.

As empresas têm expandido sua atuação no mercado nacional, com lançamento de plataformas de e-commerce (https://www.kwai.com/pt-BR/newsroom?article_id=196810), programas de capacitação (<https://reporterbrasil.org.br>) e (<https://newsroom.tiktok.com/pt-br/tiktok-e-digital-favela-plataforma-gratuita-para-capacitar-25-mil-empresendedores-e-criadores>) de empresenedores e até patrocínio no Big Brother Brasil (https://www.kwai.com/pt-BR/newsroom?article_id=974974).

Mas não estão livres de polêmicas. No início de novembro, a ByteDance Brasil, dona do TikTok, foi condenado em primeira instância (<https://reporterbrasil.org.br/2024/11/tik-tok-condenado-trabalho-artistico-infantil/>) pela Justiça do Trabalho em São Paulo por não tomar providências contra a exploração do trabalho infantil artístico.

Reportagens já mostraram que o Kwai liberou conteúdos explícitos de abuso sexual (<https://nucleo.jor.br/especiais/2024-01-24-kwai-sexualizacao-menores/>), de crianças e espalhou fake news (<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-a-rede-social-kwai-clonou-contas-impulsionou-presidenciais-e-pagou-por-contesudos-desonestos/>). A Jovo Tecnologia Brasil, que gere o Kwai no país, é investigada pelo Ministério Público Federal (<https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-instaura-inquerito-civil-para-investigar-possiveis-abusos-do-kwai-no-brasil-1>) por impulsionar conteúdos e perfis falsos.

**Os nomes dos entrevistados foram alterados para preservar suas identidades*

Esta reportagem foi realizada com apoio do Instituto Alana (<https://alana.org.br/>).

Leia também

APÓS MATÉRIA DA REPÓRTER BRASIL, GOVERNO PUBLICA NORMA PARA 'CIDADE DE DATA CENTERS' NO RS ([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/05/APOS-REPORTAGEM-GOVERNO-PUBLICA-NORMA-DATA-CENTERS-RS/](https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/))

TIKTOK: 'EQUÍVOCO' EM PROCESSO FAZ JUSTIÇA ANULAR CONDENÇÃO POR TRABALHO ARTÍSTICO INFANTIL ([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/JUSTICA-ANULA-CONDENACAO-TIKTOK-TRABALHO-ARTISTICO-INFANTIL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/justica-anula-condenacao-tiktok-trabalho-artistico-infantil/))

'OBRIGADA PELO PRODUTINHO': MARCAS USAM BRECHAS PARA EXIBIR CRIANÇAS EM PUBLIS
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/TIKTOK-INFLUENCIADORES-MIRINS-PUBLICIDADE-INFANTIL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/tiktok-influenciadores-mirins-publicidade-infantil/))

'INFLUENCERS MIRINS' ATUAM EM SUITECHS SEM ALVARÁ JUDICIAL, EXIGIDO NA TV
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/INFLUENCERS-MIRINS-BIG-TECHS-ALVARA-JUDICIAL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/influencers-mirins-big-techs-alvara-judicial/))

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/) 🔍 ☰



MUNDO DO TRABALHO (//REPORTERBRASIL.ORG.BR/JORNALISMO/MUNDO-DO-TRABALHO/)

Com pressa e sem capacete: adolescentes se arriscam em aplicativos de delivery

No boca a boca e na internet, pessoas com menos de 18 compartilham dicas para burlar cadastros e trabalhar em apps de entrega; Plataformas afirmam tomar medidas contra fraudes, mas não informam número de denúncias sobre trabalho infantil

POR **ISABEL HARARI** | EDIÇÃO **CARLOS JULIANO BARROS**

11/02/2025



+

QUANDO tinha 17 anos, Bruno* capotou com a bicicleta depois de o freio quebrar em uma descida, enquanto fazia uma entrega pelo iFood em São Paulo (SP) – ele feriu o joelho e ficou com dores nas costas por semanas. Já João tinha 16 anos quando um carro virou na contramão e o derrubou da bicicleta, ferindo seu braço e sua perna direita, também na capital paulista.

Ambos fazem parte de um contingente invisível de adolescentes que se arriscam para fazer entregas por aplicativo, de forma irregular. As principais empresas de delivery no Brasil – iFood e Rappi – proíbem o cadastro de pessoas com menos de 18 anos e até estimulam denúncias em seus canais oficiais.

A **Repórter Brasil**, no entanto, conversou com adolescentes e encontrou vídeos no YouTube e no TikTok sobre como burlar as restrições das plataformas, para complementar a renda familiar.

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/) 🔍 ☰

Vídeos no YouTube e no TikTok dão dicas sobre trabalho infantil no iFood e ...



A receita básica é usar contas fraudulentas, fornecidas ou alugadas por parentes e conhecidos. Dicas para enganar as ferramentas de reconhecimento facial, que pedem fotos para confirmar a identidade dos entregadores, são compartilhadas no boca a boca e na internet.

“Vou explicar como faz pra entregar no Ifood sendo ‘de menor’ (...) É fácil, rapaziada”, diz um vídeo com mais de 58 mil visualizações e centenas de comentários no Youtube.

**REPÓRTER
BRASIL**<https://reporterbrasil.org.br>**APOIE (/apoie/)** 🔍 ☰

Por envolver riscos de acidentes e exposição a chuva e calor excessivo, serviço de entrega pode ser enquadrado na lista das piores formas de trabalho infantil (Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil)

“As medidas de verificação etária tem que estar em constante aprimoramento”, alerta Luísa Carvalho Rodrigues, da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), uma comissão especial do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A procuradora reconhece que houve um avanço no combate ao trabalho infantil. Mas ao passo que as empresas implementam mecanismos mais rigorosos, as formas de driblá-los também ficam mais sofisticadas. “Se elas não têm essas condições, não poderiam operar”, afirma.

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

email



Adolescentes pagam R\$ 50 por aluguel de perfil no iFood

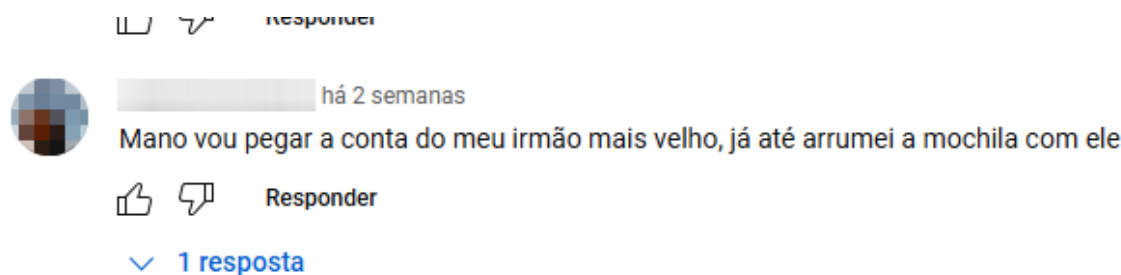
**REPORTER
BRASIL**

João soube por um colega que poderia usar a conta de outra pessoa para trabalhar. Ele pagava R\$ 50 reais por semana para fazer entregas de bicicleta com o cadastro de um amigo.

Morador da zona sul da capital paulista, ele começou a trabalhar no Ifood “com 15 para 16 anos”, para ajudar nas contas de casa. “Era perigoso, ninguém respeitava [no trânsito]”, lembra. Ele equilibrava os estudos com jornadas de até dez horas diárias para juntar R\$ 200 reais no fim do expediente.

Desde que completou 18 anos, em abril do ano passado, João trabalha em uma oficina mecânica. Ele ainda faz entregas no tempo livre – agora com uma conta em seu nome. Questionado se conhece adolescentes que fazem esse tipo de serviço, garante: “ainda tem uma molecadinha da comunidade que trabalha no iFood, sempre ‘de menor’”. Outra empresa procurada pelos jovens é a Rappi, segundo ele.

Bruno também usava a conta de um amigo para fazer entregas no Ifood. Essa “gambiarra”, como ele chama, é comum entre adolescentes do seu bairro, na zona leste da capital paulista. “Está difícil arrumar emprego. Que recurso a gente tem?”, conta.



(Imagem: Reprodução / Redes Sociais)

Ele largou os estudos quando tinha 16 anos e ficava até tarde da noite fazendo entregas para ganhar entre R\$ 100 e R\$ 150 reais por dia. “Se tocar [o alerta de pedido] para um lugar perigoso, a gente vai protegido. Já fui trabalhar com uma faca na cintura”, relata.

O trabalho infantil é proibido no Brasil, salvo algumas exceções, como o trabalho artístico e o de “jovem aprendiz”, sujeito a uma série de regras para combinar a formação profissional com a educacional. No caso do serviço de entrega, ainda há um agravante: ao expor os adolescentes ao risco de acidentes, à chuva e ao frio, a ocupação pode ser enquadrado na lista oficial de piores formas de trabalho infantil (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm).
 **REPORTER BRASIL** **APÓIE (vapoie?) Q**

“É responsabilidade das empresas colocar a salvo as crianças de toda forma de violência e exploração”, alerta a procuradora Luísa Carvalho, do MPT.

Não é a primeira vez que as empresas são alvos de denúncias de trabalho infantil. Desde 2020, reportagens (<https://www.reuters.com/article/brazil-trafficking-apps-idUSL8N2I656O/>), de diversos veículos já revelaram casos em vários aplicativos de delivery.

Em 2022 o MPT em São Paulo abriu uma série de investigações para apurar denúncias em diferentes empresas, como Rappi e iFood. Os processos foram arquivados por falta de provas no final do ano passado. Um dos principais obstáculos encontrados pelos procuradores foi a recusa de adolescentes falarem abertamente sobre o assunto, por medo de retaliação.

“Eles não gostam de conversar nem com a gente porque têm medo de serem banidos”, afirma Gilberto Almeida dos Santos, presidente do SindimotoSP (Sindicato dos Motociclistas Intermunicipal do Estado de São Paulo).

Em nota, o iFood afirma que “proíbe expressamente o cadastro de menores de 18 anos em sua plataforma” e que implementa uma série de medidas de segurança no momento do cadastro, como a validação de idade por meio de reconhecimento facial e “recursos avançados de inteligência artificial para detectar comportamento suspeito”.

A Rappi diz que não permite trabalho infantil e “tampouco contribui para que isso ocorra em sua plataforma. A empresa disse que “tem um processo formal e rigoroso de cadastramento para que todas as partes – o usuário, o

próprio entregador e o Rappi – façam parte de um ecossistema seguro”.

(Leia as respostas das empresas na íntegra).

(<https://reporterbrasil.org.br/2025/02/integra-das-notas-enviadas-para-a-reportagem-sobre-videos-do-tiktok-com-dicas-sobre-trabalho-infantil-no-ifood/>).

Adolescentes burlam regras de verificação etária

O iFood se anuncia como o delivery mais usado do Brasil

(<https://institucional.ifood.com.br/entregadores/quanto-um-entregador-ganha-por-hora/>), com mais de 300 mil entregadores

(<https://entregador.ifood.com.br/comecar-a-entregar/>) cadastrados. Para entregas de bicicleta, a empresa exige documento com foto e conta bancária. A Rappi também pede documentação com foto para o cadastro de entregadores.

Em comentários de vídeos no Youtube e TikTok, no entanto, os jovens trocam experiências sobre como burlar as regras na hora do cadastro, usando documentos de pais, mães e colegas.

“Vou pegar a conta do meu irmão mais velho, já até arrumei a mochila com ele”, diz um comentário publicado em janeiro deste ano, em um dos vídeos no Youtube. Outro, postado em dezembro de 2024, garante que o esquema funciona: “uso o documento da minha mãe e já fiz várias entregas”.



(Imagem: Reprodução / Redes Sociais)

Outro perfil não teve tanta sorte no cadastro na Rappi: “não fui aprovado no Rappi eu acho que é pq eu sou de memor [sic] se eu trabalhar no iFood e colocar os dados da minha esposa eu consigo trabalhar?”, escreveu em um comentário postado há 10 meses. O incentivo vem na resposta: “sim”.

Gilberto Almeida dos Santos, do SindimotoSP, conta que já se deparou com essa situação em grupos de mensagens usados por entregadores. “Muitos contando vantagem por terem conseguido burlar o sistema”, relata.

Uma vez feito o cadastro, os adolescentes precisam contornar mais um obstáculo: o monitoramento via reconhecimento facial. A medida exige que os entregadores enviem fotos de tempos em tempos para confirmar sua identidade.

Mas também há maneiras de burlar essa exigência. João e Bruno relataram a **Repórter Brasil** que a “facial”, como eles chamam, normalmente é solicitada antes ou logo após as primeiras entregas. Eles começam o serviço nas proximidades da casa do dono da conta. Assim que o aplicativo solicita a confirmação de identidade, é só pedalar até lá e pedir a foto.

João, por exemplo, costumava fazer a primeira entrega em seu bairro na zona sul, e depois ia para o Itaim Bibi, região na zona oeste paulistana com alta concentração de restaurantes. “Esse amigo morava na mesma comunidade. Eu fazia a primeira entrega, aqui perto mesmo, e voltava. Aí ele fazia a ‘facial’, e eu podia fazer a entrega o restante do dia”, conta.

“Na maioria das vezes, [pedia a foto] quando eu ia começar. Aí na primeira entrega, ele [amigo] estava do meu lado. Eu sempre começava com ele do meu lado. Caso acontecesse isso, ele já estava lá”, complementa Bruno.

O esquema, porém, não era isento de falhas. Às vezes, as empresas pediam fotos em horários aleatórios. Nesses casos, o jeito é encerrar o expediente para não correr o risco de bloqueio.

Nos vídeos do Youtube e TikTok os relatos batem com o dos dois jovens entrevistados pela reportagem. “Ta pedindo facial só 1 vez no dia depois da 1ª entrega é suave”, diz a resposta a um comentário para a pergunta “como fazer para passar o reconhecimento facial”? Em outro, um perfil reforça que a solicitação de foto chega “só na primeira [entrega] do dia”.

Em um vídeo com mais de 27 mil visualizações, o autor sugere usar um segundo celular com várias fotos do dono da conta armazenadas. “Quando pedia para tirar foto, colocava um celular de frente para o outro, e o aplicativo aceitava”, relata.

O iFood afirma que tem implementado medidas robustas para impedir fraudes na etapa de reconhecimento facial. “Nossa tecnologia de biometria facial se tornou ainda mais precisa, bloqueando tentativas de falsificação, como o uso de fotos de terceiros”, disse em nota.



eu fazia o reconhecimento facial com um vídeo da minha mãe sim, apontando um celular pro outro. DE VERDADE, nunca deu errado.



2024-7-... Responder



Criador
Por enquanto 😂😂😂



2024-7-... Responder

(Imagem: Reprodução / Redes Sociais)



APOIE (apoie/)

Já a Rappi sustenta que realiza uma validação da foto enviada pelo entregador: “essa imagem é comparada, por meio de um avançado software, com a foto do seu documento de identidade, para garantir a segurança do ecossistema”.

Restaurantes também têm responsabilidade, diz MPT

Os jovens contam com a sorte na hora de retirar o pedido nos restaurantes, mercados e farmácias. “Ninguém nunca perguntou nada para mim, sabe? Eu só chegava lá e falava o código do pedido”, conta João.

Alguns estabelecimentos, no entanto, solicitam informações como o nome e número do documento do entregador. “Pediam para anotar o CPF e o nome. Aí tinha vezes que eu anotava e tinha vezes que não”, diz João. Quando isso acontecia ele escrevia os dados do dono da conta e seguia com o trabalho.

Mas alguns lugares eram mais rigorosos e comparavam a foto do cadastro com o rosto do entregador. Bruno pedia a compreensão dos atendentes: “não sou eu que estou na foto, mas tem como você me salvar?” Às vezes funcionava, às vezes não. “Ruim é quando eles alertavam no iFood. Aí o iFood pedia de imediato a ‘facial’. Comigo já aconteceu umas duas vezes. Eu tenho um amigo que fazia isso também e que perdeu a conta”, relata.

“Tem alguns restaurantes que impacam [sic] e outros não”, diz um comentário postado em abril de 2024, em resposta a um vídeo no TikTok.



mn tem alguns restaurantes impacam e outros nao

2024-4-27



Responder

Ver mais 4

Ocultar

(Imagem: Reprodução / Redes Sociais)

Para Luísa Carvalho, do Ministério Público do Trabalho, os restaurantes também têm uma parcela de responsabilidade, por fazerem parte da cadeia produtiva do delivery. “Esses restaurantes e outras empresas também se beneficiam desse serviço de entrega. A partir disso também há uma responsabilidade”, defende a procuradora .

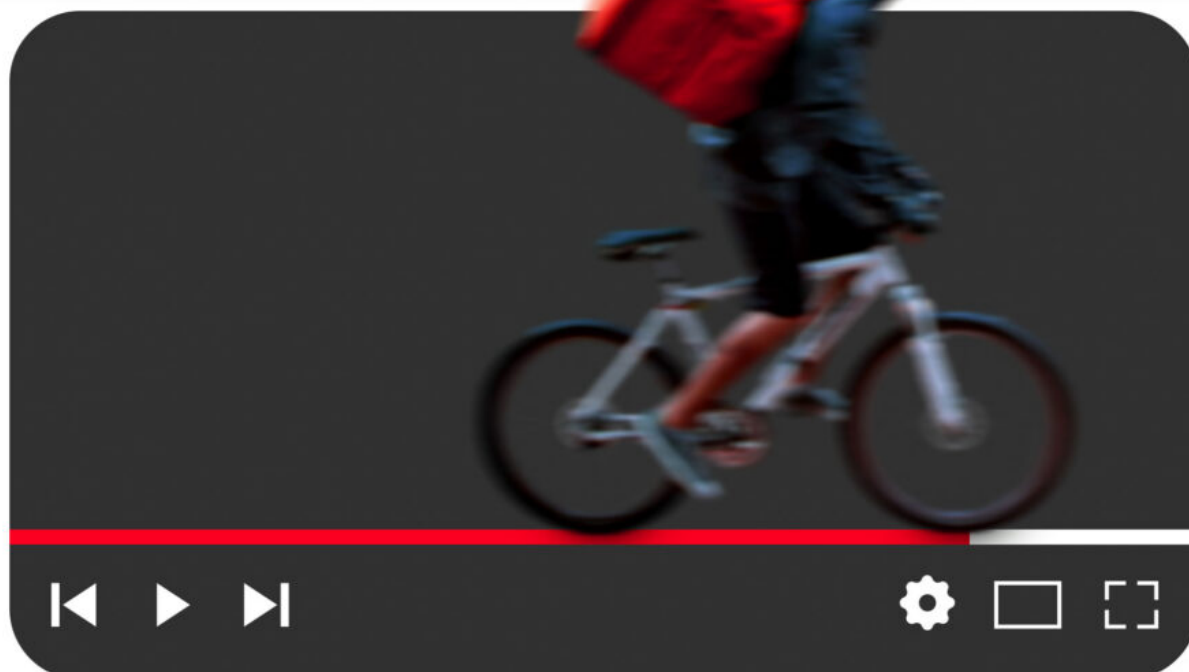
Em tese, restaurantes e clientes podem denunciar casos de trabalho infantil nos aplicativos de entrega. A **Repórter Brasil** perguntou quantas denúncias foram recebidas pelas empresas de delivery em seus canais oficiais.

A Rappi não respondeu ao questionamento. O iFood disse que “não disponibiliza dados sobre denúncias envolvendo trabalho infantil, mas todas as ocorrências são investigadas e, quando confirmadas, resultam em medidas cabíveis, incluindo o descredenciamento da conta envolvida”.

Contas fraudulentas deixam jovens mais vulneráveis

No passo a passo para o cadastro, o iFood é categórico: “fraudar, nem pensar!”. E reforça: “essa prática configura falsidade ideológica e coloca em risco a sua segurança uma vez que, em caso de acidente, o seguro não poderá ser acionado”.

Foi o que aconteceu com João e Bruno. Por usarem contas fraudulentas, não puderam contar com o suporte da empresa quando sofreram os acidentes. Eles tiveram que arcar com os custos do conserto das bicicletas, das mochilas térmicas e até do lanche que estragou, no caso de Bruno.



Vídeos no TikTok e no Youtube viram espaço de troca de ensinamentos para driblar restrições de apps de delivery (Ilustração: Rodrigo Bento / Repórter Brasil)

“Eu não podia ter apoio porque eu estava usando a conta de outra pessoa. Se eu peço algum apoio, era capaz dessa pessoa perder a conta, entendeu?”, lamenta João. Ele ficou dias sem trabalhar enquanto aguardava o conserto da bicicleta.

O medo de sofrer mais um acidente era constante, conta. Ainda assim, ele acelerava para atender mais pedidos por dia. “Quanto mais rápido a entrega, o seu score sobe mais! Aí, mais entrega vai tocar”, conta. O Score iFood (https://entregador.ifood.com.br/novidades-no-app/todas-as-respostas-sobre-o-score-ifood/?utm_source=chatgpt.com) é uma métrica que avalia o desempenho dos trabalhadores com base na pontualidade, entregas e avaliação de clientes.

Segundo relatos ouvidos pela **Repórter Brasil**, o uso de bicicletas para fazer entregas é mais comum entre os adolescentes. Motos são mais caras e as empresas de delivery exigem o envio da CNH no cadastro, dificultando a entrada na plataforma para quem tem menos de 18 anos.

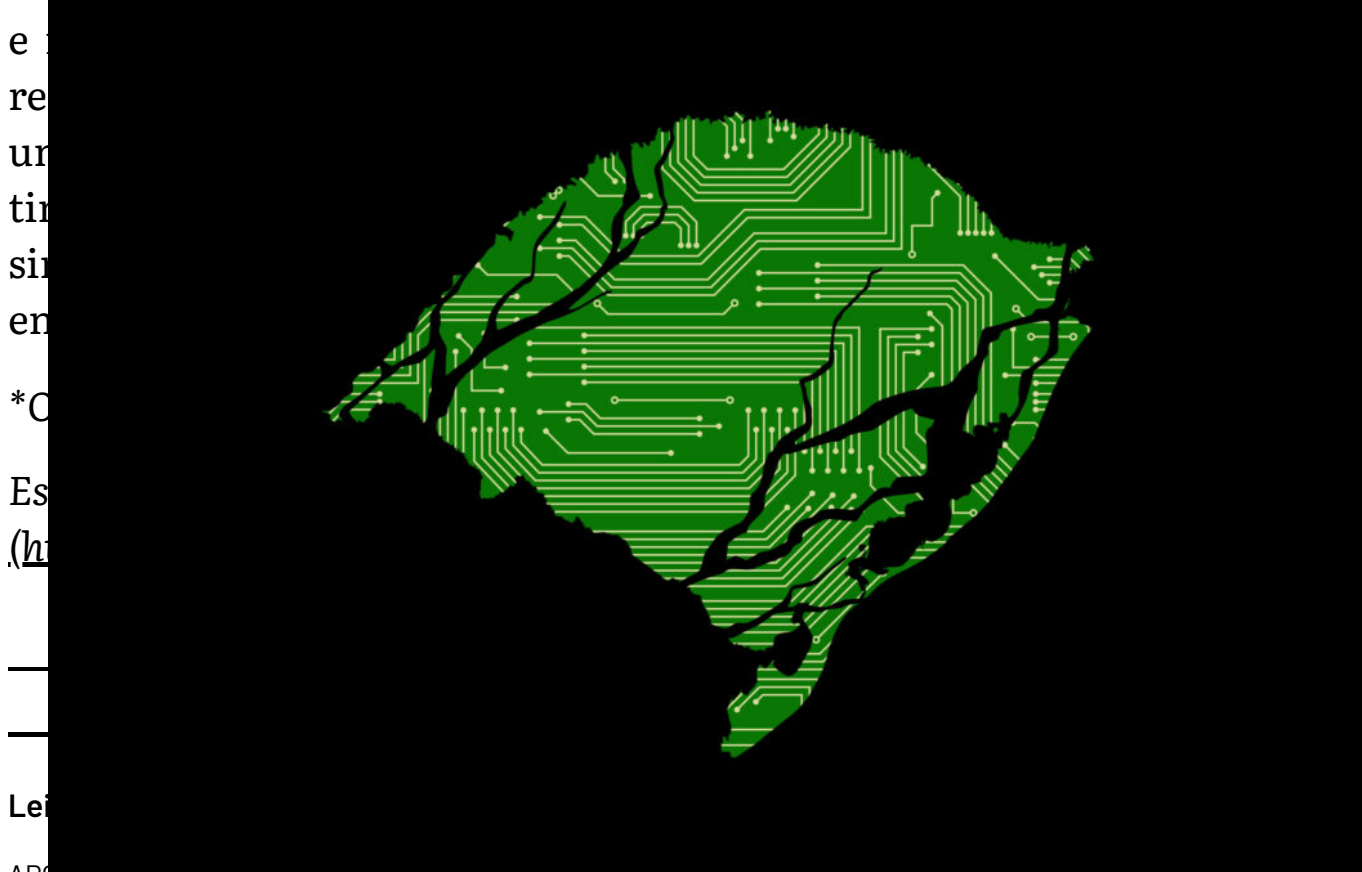
Para Gilberto Almeida dos Santos, do SindimotoSP, os jovens ciclistas se tornam “um prato quente para as empresas, já que são atraídos pela possibilidade de ganhos rápidos e não têm tanta experiência no mercado formal de trabalho.” Ficam de 6h a 14h em cima de uma bicicleta, sem um mínimo de dignidade, sem um mínimo de equipamento de segurança, sem um mínimo de controle de jornada de trabalho. É um descaso total”, alerta.

Nenhum dos jovens ouvidos pela reportagem usava capacete durante o serviço.

“Eu ficava com muito medo de acontecer alguma coisa grave comigo. Eu sempre prestava muita atenção, tentava não ficar com tanta pressa, mas tinha que ter pressa. É um trabalho que, querendo ou não, tem que ser rápido”, conta João.

Por Paula Bianchi

A **Repórter Brasil** perguntou para o iFood e Ranni sobre o fornecimento



APÓS MATÉRIA DA REPÓRTER BRASIL, GOVERNO PUBLICA NORMA PARA CIDADE DE DATA CENTERS NO RS
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/](https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/))

TIKTOK: 'EQUÍVOCO' EM PROCESSO FAZ JUSTIÇA ANULAR CONDENÇÃO POR TRABALHO ARTÍSTICO INFANTIL
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/JUSTICA-ANULA-CONDENACAO-TIKTOK-TRABALHO-ARTISTICO-INFANTIL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/justica-anula-condenacao-tiktok-trabalho-artistico-infantil/))

'OBRIGADA PELO PRODUTINHO': MARCAS USAM BRECHAS PARA EXIBIR CRIANÇAS EM PUBLIS
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/TIKTOK-INFLUENCIADORES-MIRINS-PUBLICIDADE-INFANTIL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/tiktok-influenciadores-mirins-publicidade-infantil/))



MUNDO DO TRABALHO (//REPORTERBRASIL.ORG.BR/JORNALISMO/MUNDO-DO-TRABALHO/)

TikTok derruba vídeos com dicas sobre trabalho infantil no iFood; Youtube mantém

Vídeos que ensinam como burlar sistema de verificação etária foram removidos pelo TikTok após questionamento da Repórter Brasil; iFood diz que monitora conteúdos associados à marca, mas que “não tem ingerência sobre as regras das plataformas de transmissão”

POR **ISABEL HARARI** | EDIÇÃO **CARLOS JULIANO BARROS**

11/02/2025



+

“**SE VOCÊ QUISER RODAR**, eu aconselho você, caso você esteja precisando muito, pegar uma conta de uma pessoa próxima – pegar do teu pai ou da tua mãe.”

Essa é a recomendação de um dos três vídeos derrubados pelo TikTok, com dicas sobre como adolescentes podem burlar o cadastro exigido pelo iFood para trabalhar como entregador de aplicativo. As postagens foram retiradas do ar após questionamentos enviados à rede social pela **Repórter Brasil**.

O iFood proíbe a atuação de pessoas com menos de 18 anos, como diz a lei. Na prática, porém, jovens conseguem contornar as restrições usando contas de parentes ou amigos.

Vídeos no YouTube e no TikTok dão dicas sobre trabalho infantil no iFood e na Rappi



O trabalho infantil é proibido no Brasil, salvo algumas exceções, como o trabalho artístico e o de “jovem aprendiz” – sujeito a uma série de regras para combinar a formação profissional com a educacional.

No caso do serviço de entrega, há um agravante: ao expor adolescentes ao risco de acidentes, à chuvia, ao frio e ao calor excessivo, a ocupação pode ser enquadrada na lista oficial de piores formas de trabalho infantil **APÓIE (/apoie/)**  
(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm).

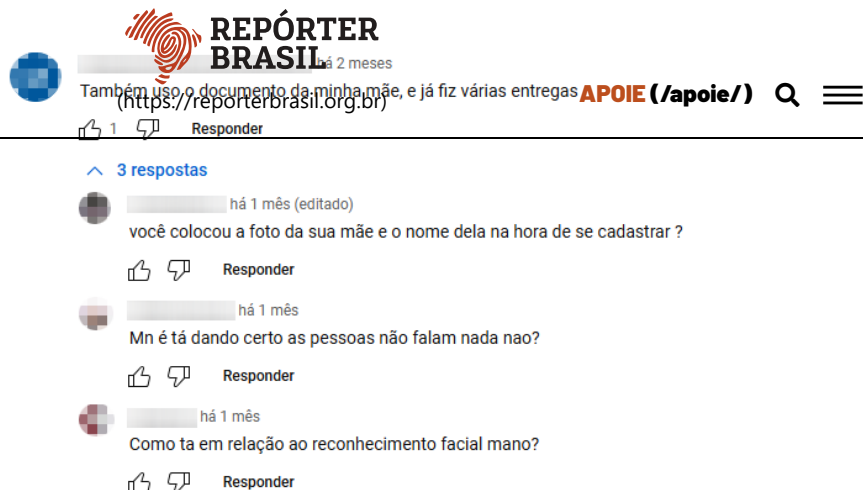


Presidente do STF, Luís Roberto Barroso defende que as empresas assumam uma postura proativa para remoção de conteúdos (Foto: Antonio Augusto / STF)

Mesmo assim, estratégias para driblar as restrições de idade correm soltas no TikTok e no Youtube. A reportagem mapeou uma série de vídeos nas duas plataformas com orientações sobre o uso de perfis fraudulentos. Até ensinamentos sobre como enganar ferramentas de reconhecimento facial, usadas por aplicativos para confirmar a identidade dos entregadores, são compartilhados.

Enquanto o TikTok removeu ao menos três desses conteúdos, a assessoria de imprensa do Youtube respondeu dizendo que a empresa “não vai comentar” – os vídeos com dicas sobre as fraudes continuam públicos, mas não serão veiculados nesta matéria.

A reportagem também questionou o iFood. Por meio de nota, a empresa afirma que “o uso de cadastros por menores de idade é uma fraude, conforme previsto nos termos e condições da plataforma”. [Leia aqui a resposta na íntegra.](https://reporterbrasil.org.br/2025/02/integra-das-notas-enviadas-para-a-reportagem-sobre-videos-do-tiktok-com-dicas-sobre-trabalho-infantil-no-ifood/)
(<https://reporterbrasil.org.br/2025/02/integra-das-notas-enviadas-para-a-reportagem-sobre-videos-do-tiktok-com-dicas-sobre-trabalho-infantil-no-ifood/>).



(Imagem: Reprodução / Redes Sociais)

O posicionamento diz ainda que a empresa monitora ativamente conteúdos relacionados à marca e que, ao identificar postagens como as mencionadas, registra denúncias diretamente nos canais de ajuda das plataformas. “Reforçamos que o iFood não tem ingerência sobre as regras de uso das distribuidoras de conteúdo”, conclui a nota.

A Rappi também é mencionada nos vídeos e comentários. Procurada pela **Repórter Brasil**, reiterou que não permite o trabalho infantil e “tampouco contribui para que isso ocorra em sua plataforma”. A empresa não respondeu, no entanto, se faz algum tipo de monitoramento sobre os conteúdos publicados no TikTok e no Youtube. A íntegra pode ser lida [aqui](https://reporterbrasil.org.br/2025/02/integra-das-notas-enviadas-para-a-reportagem-sobre-videos-do-tiktok-com-dicas-sobre-trabalho-infantil-no-ifood/) (<https://reporterbrasil.org.br/2025/02/integra-das-notas-enviadas-para-a-reportagem-sobre-videos-do-tiktok-com-dicas-sobre-trabalho-infantil-no-ifood/>).

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

email

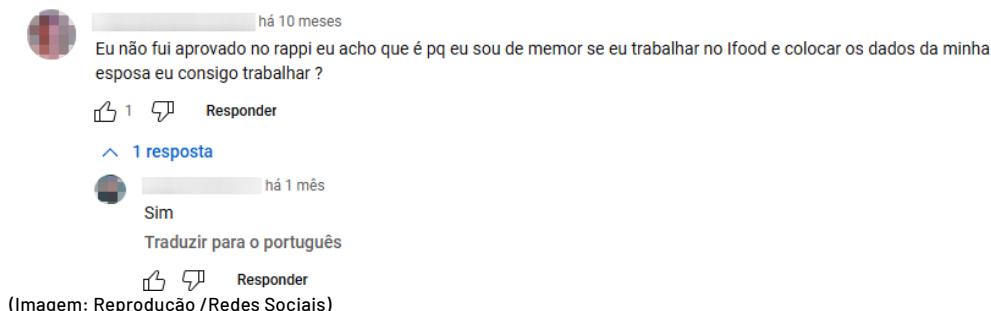


STF debate responsabilidade de plataformas sobre conteúdos postados por usuários

Atualmente, o **STF (Supremo Tribunal Federal)** (<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/marco-civil-da-internet-barroso-defende-que-plataformas-reduzam-riscos-de-postagens-criminosas/#:~:text=O%20presidente%20do%20Supremo%20Tribunal,remove%20postagens%20>) debate a regulamentação de plataformas digitais, incluindo a responsabilização dessas empresas por conteúdos publicados pelos usuários.

Em dezembro, o presidente da corte **Luís Roberto Barroso defendeu** (<https://www.conjur.com.br/2024-dez-18/barroso-considera-marco-civil-insuficiente-e-propoe-dois-modelos-de-responsabilizacao-das-redes/>) que as empresas devem ter uma postura proativa para evitar postagens criminosas. “Os provedores têm o dever de cuidado de mitigar os riscos sistêmicos criados ou potencializados por suas plataformas”, disse. O julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro André Mendonça.

“O discurso de apologia ao trabalho infantil é muito grave. Além disso, é crime apresentar uma documentação falsa, agir em nome de outro”, alerta Moacir Nascimento Junior, promotor de Justiça da Bahia e colaborador da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público.



“As empresas que mantêm esse tipo de conteúdo depois de notificadas extrajudicialmente devem ser responsabilizadas”, reforça Nascimento, explicando que autoridades públicas, organizações da sociedade civil e até mesmo pessoas comuns podem pedir às plataformas a retirada de posts contrários à lei.

Esse também é o entendimento de Renata Tomaz, professora da FGV Comunicação Rio (Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getúlio Vargas). “É responsabilidade das plataformas garantir que não haja não só a prática ilícita, mas a promoção da prática ilícita”, avalia.

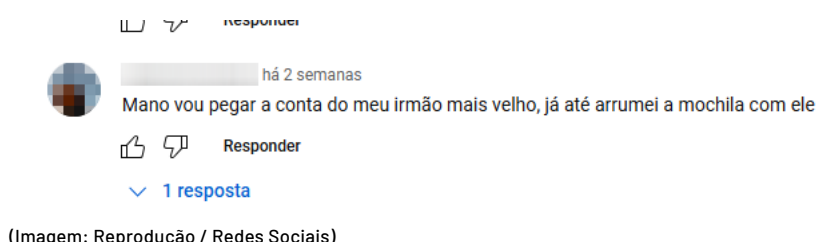
Adolescentes usam contas de amigos e familiares para trabalhar no iFood

“É fácil, rapaziada, é só botar o documento de alguém ‘de maior’”, afirma um vídeo no Youtube. Nele, um menino que aparenta ter menos de 18 anos afirma ter usado a documentação da mãe.

O conteúdo foi postado há mais de três anos com o título “como entregar sendo de menor”, já acumula 58 mil visualizações e segue movimentando a caixa de comentários.

Ali, os perfis trocam incentivos, dicas e relatos: “vlw pela dica man vou trabalhar com 11 anos vou pode junta um dinheiro pra min”, diz uma postagem de novembro de 2024.

“Também uso o documento da minha mãe, e já fiz várias entregas”, diz um post feito em dezembro. Outro, de janeiro deste ano, promete: “vou pegar a conta do meu irmão mais velho”.



“Se há uma fraude na hora da criação da conta e isso é sabido, devem ser adotadas medidas para evitar que isso aconteça. Temos tanta tecnologia, não é possível que não se consiga fazer uma verificação etária efetiva”, pondera Luísa Carvalho

Rodrigues, da Coordinfância (Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente), do MPT (Ministério Público do Trabalho).
(<https://reporterbrasil.org.br>)



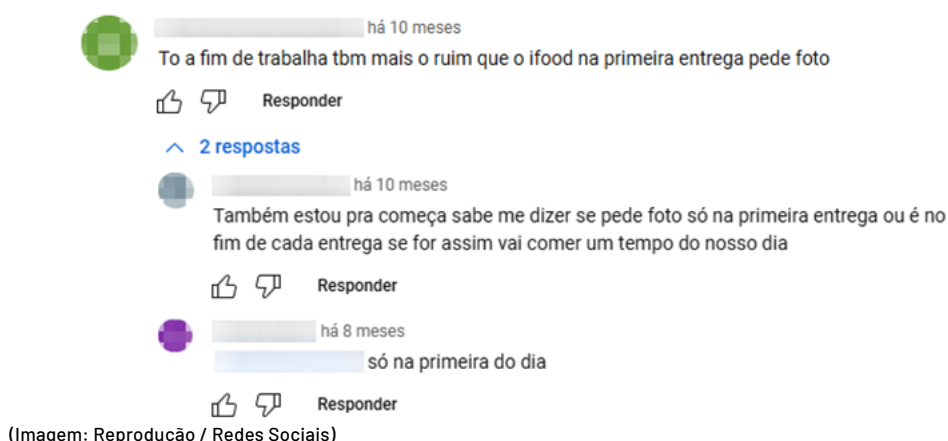
APOIE (/apoie/) Q ≡

Vídeos dão dicas para driblar reconhecimento facial

Um dos mecanismos implementados pelas empresas para impedir fraudes é o monitoramento via reconhecimento facial. A medida exige que os entregadores enviem fotos de tempos em tempos para confirmar sua identidade.

Mas também há maneiras de burlar essa exigência. Jovens ouvidos pela **Repórter Brasil** contaram que a “facial”, como eles chamam, normalmente é solicitada antes ou logo após as primeiras entregas. Eles começam o serviço nas proximidades da casa do dono da conta – amigo ou parente. Assim que o aplicativo solicita a confirmação de identidade, é só pedalar até lá e pedir a foto.

“Esse amigo morava na mesma comunidade. Eu fazia a primeira entrega, aqui perto mesmo, e voltava. Aí ele fazia a ‘facial’, e eu podia fazer a entrega o restante do dia”, conta um dos entrevistados, ouvido sob condição de anonimato.

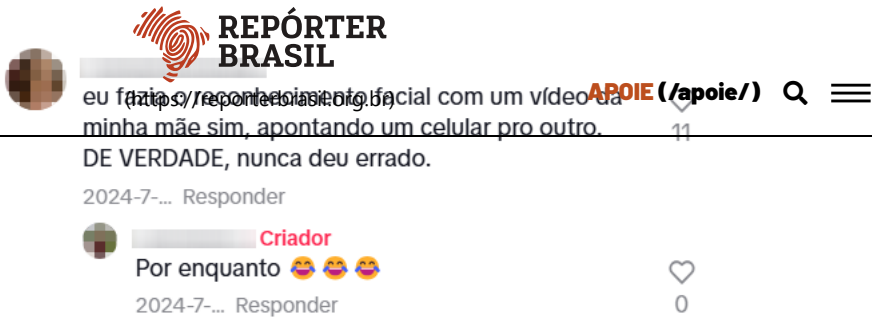


(Imagem: Reprodução / Redes Sociais)

Esses relatos encontram eco nos vídeos no Youtube e TikTok. “Eu conheço pessoas que vão em casa e voltam com a ‘facial’ da pessoa que está com a conta e depois volta a trabalhar. Até hoje não foi pego”, diz um dos vídeos que foi removido pelo TikTok, postado em fevereiro de 2024.

O esquema, porém, não é isento de falhas. Isso porque as empresas podem pedir fotos em horários aleatórios. Nesses casos, a orientação contida em alguns vídeos é encerrar o expediente para não correr o risco de bloqueio.

No Youtube alguns perfis se gabam por conseguir burlar a verificação etária de outra maneira. Em um vídeo com mais de 27 mil visualizações, o autor sugere usar um segundo celular com várias fotos do dono da conta armazenadas: “quando pedia para tirar foto, colocava um celular de frente para o outro, e o aplicativo aceitava”.



(Imagem: Reprodução / Redes Sociais)

Em outra publicação, dessa vez no TikTok, um usuário diz que usou essa técnica com sucesso. “Eu fazia o reconhecimento facial com um vídeo da minha mãe, apontando um celular pro outro. DE VERDADE, nunca deu errado”, diz o post publicado em julho de 2024.

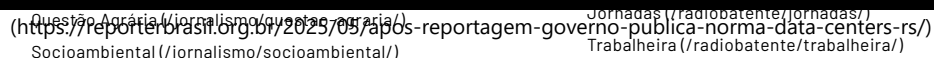
Em nota, o iFood afirma que tem aprimorado suas ferramentas de segurança. “Por outro lado, sabemos que uma prática irregular que pode ocorrer após o cadastro é o aluguel ou empréstimo de contas”, diz em nota. “Para coibir essa fraude, utilizamos checagens periódicas por biometria facial, garantindo que a pessoa que está acessando a conta é, de fato, o titular cadastrado”.

A Rappi também disse implementar mecanismos robustos para verificar a identidade do entregador após o cadastro. Um deles é o envio de um código de verificação cada vez que a pessoa entra na plataforma, além da solicitação de uma foto em tempo real. “Essa imagem é comparada, por meio de um avançado software, com a foto do seu documento de identidade, para garantir a segurança do ecossistema”. [Leia as notas enviadas pelas empresas na íntegra.](https://reporterbrasil.org.br/2025/02/integra-das-notas-enviadas-para-a-reportagem-sobre-videos-do-tiktok-com-dicas-sobre-trabalho-infantil-no-ifood/) (https://reporterbrasil.org.br/2025/02/integra-das-notas-enviadas-para-a-reportagem-sobre-videos-do-tiktok-com-dicas-sobre-trabalho-infantil-no-ifood/)

Luísa Carvalho, do Ministério Público do Trabalho, reconhece que houve um avanço nas medidas de monitoramento das empresas, mas alerta que ainda existem brechas. “As tecnologias e as formas de burlá-las vão evoluindo muito rapidamente, então os mecanismos mais efetivos [de verificação etária] precisam estar sempre em aprimoramento”, finaliza.

Esta reportagem foi realizada com apoio do Instituto Alana (https://alana.org.br/).

LEIA TAMBÉM
Socioambiental (https://reporterbrasil.org.br/?pilar=socioambiental)
Leia também a matéria da Repórter Brasil, governo publica norma para 'cidade de data centers' no RS (https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/)
APÓS MATÉRIA DA REPÓRTER BRASIL, GOVERNO PUBLICA NORMA PARA 'CIDADE DE DATA CENTERS' NO RS (HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/05/APOS-REPORTAGEM-GOVERNO-PUBLICA-NORMA-DATA-CENTERS-RS/)
TIKTOK: 'EQUÍVOCO' EM PROCESSO FAZ JUSTIÇA ANULAR CONDENACÃO POR TRABALHO ARTÍSTICO INFANTIL (HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/JUSTICA-ANULA-CONDENACAO-TIKTOK-TRABALHO-ARTISTICO-INFANTIL/)
'OBRIGADA PELO PRODUTINHO': MARCAS USAM BRECHAS PARA EXIBIR CRIANÇAS EM PUBLIS (HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/TIKTOK-INFLUENCIADORES-MIRINS-PUBLICIDADE-INFANTIL/)
'INFLUENCERS MIRINS' ATUAM EM BIG TECHS SEM ALVARÁ JUDICIAL, EXIGIDO NA TV (HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/INFLUENCERS-MIRINS-BIG-TECHS-ALVARA-JUDICIAL/)



Contato (/contato/) (https://www.w.link.edin.c om/c ompa ny/re p% C3 % 3 r t er- brasil /)

(https://ww w.fac eboo k.com /ONG Repor terBra sil) (https://ww w.you tube.com /ofe s Onk b rasil) (https://ww w.lin k.edin.c om/c ompa ny/re p% C3 % 3 r t er- brasil /)

@m.co m/re porte rbras il/

tter.c om/r eport erb/

f.com /ONG Repor terBra sil)

Onk b rasil)

er- brasil /)

717



BIG TECHS (//REPORTERBRASIL.ORG.BR/JORNALISMO/MUNDO-DO-TRABALHO/)

TikTok é condenado em 1ª instância por trabalho artístico infantil

Justiça do Trabalho em São Paulo determina o pagamento de R\$ 100 mil por danos morais coletivos; decisão cita Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e afirma que atuação de influenciadores mirins só é permitida mediante autorização judicial

POR ISABEL HARARI | EDIÇÃO CARLOS JULIANO BARROS

04/11/2024



+

O TIKTOK foi condenado em primeira instância pela Justiça do Trabalho em São Paulo por não tomar providências contra a exploração do trabalho infantil artístico em sua plataforma, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente. A empresa pode recorrer.

A sentença (https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/11/ACPCiv_1001053-84.2024.5.02.0031_1grau.pdf), de 29 de outubro determina que a Byte Dance Brasil, dona do aplicativo, pague uma indenização de R\$ 100 mil por danos morais coletivos, a ser revertida para fundos governamentais em defesa da infância. A decisão obriga ainda a empresa a não permitir a atuação dos influenciadores mirins, a menos que haja autorização judicial.

A sentença é resultado de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em julho deste ano. O processo teve origem a partir de investigações sobre conteúdos como desafios de dança e canto, interpretação de novelas fictícias e tutoriais de maquiagem.

Segundo o MPT, a legislação que exige a autorização judicial prévia deve ser aplicada independente do tema do vídeo, uma vez configurado que a atividade se enquadra na categoria de trabalho infantil artístico.

“As plataformas digitais não são isentas de seguir as leis”, afirma a juíza Solange Aparecida Gallo Bisi, da 31ª Vara do Trabalho de São Paulo. Segundo a magistrada, a companhia tem a obrigação de verificar se a atuação de crianças e adolescentes é precedida de autorização.

A assessoria de imprensa da plataforma se pronunciou por meio de nota. “A decisão mencionada não trata de exploração de trabalho infantil pelo TikTok e a empresa não foi condenada por isso. A ação trata, na verdade, da eventual obrigação da empresa de fiscalizar a existência de alvará judicial que permita a participação de menores nos vídeos que são postados por usuários. O TikTok informa que recorrerá da decisão”, diz o texto.

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

email



Estatuto da Criança e do Adolescente exige autorização para trabalho artístico

No Brasil, o trabalho artístico infantil só é permitido mediante emissão de alvará judicial, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O documento deve ser solicitado pela família ou empresa interessada, e precisa estabelecer parâmetros mínimos para a atividade acontecer –

como limitação de horas e o tipo de conteúdo produzido.



**REPORTER
BRASIL**

Essa regra já é consolidada na televisão e no teatro, mas nem sempre é respeitada nas plataformas digitais, onde a fronteira entre trabalho e diversão é nebulosa.

A sentença da 31ª Vara do Trabalho de São Paulo entende que a atuação dos influenciadores mirins nessas plataformas deve ser amparada pela legislação.

É fato que o trabalho infantil artístico na internet passou a figurar como fonte de renda para muitas famílias, sem que seja verificada as consequências que isso traz as crianças e adolescentes que atuam no segmento publicitário no âmbito das redes sociais. **Muitas vezes a atividade deixa de ser encarada como lazer e recreação e passa a se tornar uma atividade profissional e deve ser vista como trabalho infantil artístico.**

Decisão em 1ª instância da Justiça do Trabalho de São Paulo debate trabalho infantil artístico em plataformas digitais (Imagem: Reprodução /grifo nosso)

“Essa decisão é paradigmática, é um primeiro passo importante”, afirma a procuradora Luísa Carvalho Rodrigues, da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), uma comissão especial do Ministério Público do Trabalho.

“Há um reconhecimento expresso de que a interação de crianças e adolescentes no mundo digital pode representar uma situação de trabalho e que demanda a garantia de direitos”, acrescenta a procuradora.

Renata Tomaz, professora da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getulio Vargas (FGV Comunicação Rio), vai na mesma linha. “É uma decisão importante porque mostra que a plataforma não é um simples intermediário. Ela dá as condições materiais, técnicas e sociais para que essa criança exerça essa atividade. Logo, ela também precisa responder pelos efeitos dessa atividade”, avalia.

Plataformas dizem que não é possível fiscalizar



**REPORTER
BRASIL**

A decisão destaca pontos da argumentação da ByteDance Brasil. De acordo com o documento, a empresa afirma que “não participa da produção ou faz controle editorial dos vídeos para fiscalizar a apresentação de alvará judicial”.

“As plataformas dizem que não têm como fazer essa fiscalização. Elas sabem o dia que o nosso cachorro faz aniversário, mas não têm condição de ver se existe um alvará?”, questiona Moacir Nascimento Júnior, promotor de Justiça da Bahia e colaborador da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Para ele, ao se esquivar da responsabilidade de verificar se existe uma autorização, a empresa contribui para a vulnerabilização das crianças e adolescentes no ambiente digital.

“É uma pena que essa interpretação da legislação brasileira venha a reboque de crianças sofrendo estupro virtual e problemas de saúde mental. Ao se omitir numa questão básica que é pedir um alvará, [a empresa] está contribuindo para que essas crianças sofram danos severos que poderiam ser evitáveis”, afirma Nascimento Júnior.

Linha entre trabalho infantil e diversão é tênue, mas facilmente identificada

Muitas performances no TikTok começam como uma brincadeira, mas podem ganhar um caráter profissional à medida que as crianças vão expandindo sua projeção nas redes.

“A linha que divide o trabalho da diversão parece tênue, mas é fácil de identificar”, ressalta a juíza Solange Aparecida Gallo Bisi.

Segundo a decisão da 31ª Vara do Trabalho de São Paulo, a existência de trabalho artístico infantil pode ser notada a partir de alguns elementos, como a frequência na publicação dos vídeos, a perspectiva de monetização e a criação de conteúdos para atender a pedidos de terceiros.

“Tem periodicidade? Tem responsabilidade? Quando ela sai, de fato, da brincadeira para um ofício? A Justiça do Trabalho tem elementos que podem ajudar a medir essa virada de chave, quando a criança sai do espontâneo para o compulsório”, complementa Renata Tomaz, da FGV.

TikTok é o aplicativo que mais cresce entre crianças

O TikTok é uma plataforma de vídeos curtos com mais de 1 bilhão de usuários ativos (<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/instagram-ultrapassa-tiktok-e-se-torna-o-aplicativo-mais-baixado-do-mundo-2/>), por dia. Na teoria, apenas pessoas maiores de 13 anos poderiam usar o aplicativo, mas isso nem sempre é respeitado.

No Reino Unido, por exemplo, 1,4 milhão de crianças (https://www.politico.eu/article/uk-regulator-fines-tiktok-13m-for-letting-children-under-13-on-platform/?utm_source=Twitter&utm_medium=social) abaixo dessa faixa etária tinham contas ativas no TikTok em 2020, uma violação aos termos de uso. A empresa chegou a ser multada em R\$ 80 milhões pela utilização indevida de dados, incluindo informações dos usuários com menos de 13 anos, sem o consentimento dos responsáveis.

No Brasil, 45% das crianças de até 12 anos utilizam o TikTok (<https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2022/06/panorama-criancassmart-out21-ok.pdf>), de acordo com um levantamento publicado em 2022 pela plataforma de conteúdo Mobile Time e a empresa de pesquisas Opinion Box. O aplicativo foi o campeão de crescimento entre as crianças, com um aumento de 25% em relação ao ano anterior.

Em sua decisão, a juíza Solange Aparecida Gallo Bisi reconhece o limite de idade imposto pela plataforma, mas alerta que, sem fiscalização, essa proteção se torna “inócua”.

Esta reportagem foi realizada com apoio do Instituto Alana (<https://alana.org.br/>).

Nota da redação: o texto foi atualizado às 19h08 para incluir a nota de resposta do TikTok e novamente modificado às 21h20 para deixar claro que a condenação diz respeito à falta de providências para evitar a exploração de trabalho infantil artístico na plataforma

Leia também

APÓS MATÉRIA DA REPÓRTER BRASIL, GOVERNO PUBLICA NORMA PARA 'CIDADE DE DATA CENTERS' NO RS
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/05/APOS-REPORTAGEM-GOVERNO-PUBLICA-NORMA-DATA-CENTERS-RS/](https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/))

TIKTOK: 'EQUÍVOCO' EM PROCESSO FAZ JUSTIÇA ANULAR CONDENÇÃO POR TRABALHO ARTÍSTICO INFANTIL
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/JUSTICA-ANULA-CONDENACAO-TIKTOK-TRABALHO-ARTISTICO-INFANTIL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/justica-anula-condenacao-tiktok-trabalho-artistico-infantil/))

'OBRIGADA PELO PRODUTINHO': MARCAS USAM BRECHAS PARA EXIBIR CRIANÇAS EM PUBLIS
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/TIKTOK-INFLUENCIADORES-MIRINS-PUBLICIDADE-INFANTIL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/tiktok-influenciadores-mirins-publicidade-infantil/))

'INFLUENCERS MIRINS' ATUAM EM BIG TECHS SEM ALVARÁ JUDICIAL, EXIGIDO NA TV
([HTTPS://REPORTERBRASIL.ORG.BR/2025/04/INFLUENCERS-MIRINS-BIG-TECHS-ALVARA-JUDICIAL/](https://reporterbrasil.org.br/2025/04/influencers-mirins-big-techs-alvara-judicial/))

A REPÓRTER BRASIL

Sua contribuição permite que a gente continue revelando o que muita gente faz de tudo para esconder

Veja como >
(/apoie/)

LEIA TAMBÉM

Socioambiental (<https://reporterbrasil.org.br/?pilar=socioambiental>)

Após matéria da Repórter Brasil, governo publica norma para 'cidade de data centers' no RS
(<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>)

Por Paula Bianchi



REPÓRTER
BRASIL

APOIE

<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>

[Diretos Humanos \(/jornalismo/direitos-humanos/\)](#)

[Mundo do Trabalho \(/jornalismo/mundo-do-trabalho/\)](#)

[Povos Tradicionais \(/jornalismo/povos-tradicionais/\)](#)

[Questão Agrária \(/jornalismo/questao-agraria/\)](#)

[Socioambiental \(/jornalismo/socioambiental/\)](#)

[Trabalho Escravo \(/jornalismo/trabalho-escravo/\)](#)

[English \(/jornalismo/english\)](#)

[Especiais \(/jornalismo/especiais/\)](#)

[PESQUISA \(/pesquisa/\)](#)

[Impacto \(/pesquisa/impacto/\)](#)

[Sobre \(/pesquisa/sobre\)](#)

[O que fazemos \(/pesquisa/sobre#o-que-fazemos\)](#)

[Parcerias \(/pesquisa/parcerias/\)](#)

[Biblioteca \(/pesquisa/biblioteca/\)](#)

[English \(/pesquisa/biblioteca-en/\)](#)

[EDUCAÇÃO \(https://escravonempensar.org.br/\)](https://escravonempensar.org.br/)

[Sobre \(https://escravonempensar.org.br/sobre/\)](https://escravonempensar.org.br/sobre/)

[Nossas ações](#)

[\(https://escravonempensar.org.br/nossas-aco-es/\)](https://escravonempensar.org.br/nossas-aco-es/)

[Biblioteca](#)

[\(https://escravonempensar.org.br/biblioteca/\)](https://escravonempensar.org.br/biblioteca/)

[PODCASTS \(/radiobatente/covamedida/\)](#)

[Cova medida \(/radiobatente/covamedida/\)](#)

[Esperança \(/radiobatente/esperanca/\)](#)

[Jornadas \(/radiobatente/jornadas/\)](#)

[Trabalheira \(/radiobatente/trabalheira/\)](#)

[VÍDEOS \(/videos/\)](#)

[Reportagens \(/videos/\)](#)

[Documentários \(/documentarios/\)](#)

[Outros](#)

<https://www.youtube.com/reporterbrasil>

[SOBRE NÓS](#)

[Quem somos \(/quem-somos/\)](#)

[Equipe \(/expediente/\)](#)

[Transparência \(/transparencia/\)](#)

[Prêmios \(/premios/\)](#)

[Contato \(/contato/\)](#)

<https://www.instagram.com/reporterbrasil/> <https://www.facebook.com/reporterbrasil/> <https://www.linkedin.com/company/reporterbrasil/>

EducaRB (<https://escravonempensar.org.br/educarb/>)

Novidades

(<https://escravonempensar.org.br/novidades/>)

Participar (<https://reporterbrasil.org.br/participe/>)



**REPÓRTER
BRASIL**

agra .// twi eboo ww.you om/c
@m.co tter.c f.com (https ompa
m/re om/r /ONG /w/ hy/re
porte eport Repor @rep p%C3
l/) sil) m/er-
eport brasil
er_br
asil)

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

Receba as investigações da agência de
jornalismo da Repórter Brasil no seu e-mail. (/newsletter/)

Desenvolvido por Studio Cubo (<mailto:contato@studiocuboweb.com.br>) e Design por Paula
Carvalho

TRABALHO INFANTIL NA INDÚSTRIA TECH (//REPORTERBRASIL.ORG.BR/TRABALHO-INFANTIL-BIG-TECHS/)

‘Influencers mirins’ atuam em Big Techs sem alvará judicial, exigido na TV

Legislação brasileira cobra autorização da Justiça para trabalho infantil artístico, como o realizado no teatro e na televisão, mas aplicação ao universo online ainda é desafio; vácuo de regulamentação e fiscalização gera casos de crianças e adolescentes anunciando até de jogos de azar

POR **ISABEL HARARI** | EDIÇÃO **CARLOS JULIANO BARROS**

07/04/2025



+

UMA GAROTA por volta de cinco anos coloca a mão atrás de um pacote de pirulito para que a câmera focalize o produto: “aqui, gente!”, diz para mais de 380 mil seguidores no TikTok. No vídeo, a pequena influenciadora experimenta diferentes tipos de balas para decidir qual é o melhor sabor.

Em outro, uma menina da mesma idade mostra o material escolar recém comprado para 82 mil pessoas no Instagram. Com mais de 6,1 milhões de seguidores no TikTok, um menino de seis exibe o seu penteado no “dia do cabelo maluco”.

O fenômeno dos “influenciadores mirins” tem ganhado tração no Brasil. Por aqui, 93% da população entre 9 e 17 anos usam a internet (

a grande maioria (83%) tem perfil (<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/usos-de-regras-para-criancas-e-adolescentes/guia/recursos-extras/pesquisas-e-outros-numeros#:~:text=destaques%20da%20pesquisa%0ATIC%20Kids%20Online%20Brasil%202023>) em alguma rede social.

À primeira vista, dancinhas e publis soam inofensivos, mas a presença ostensiva nas redes sociais acende o debate sobre os limites entre trabalho e diversão, e sobre a exposição à publicidade infantil irregular.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) garante a livre expressão artística desse público, mas também é firme sobre a proteção de direitos. Na televisão e no teatro, por exemplo, o trabalho infantil só é permitido mediante autorização judicial. A aplicação dessa norma ao universo online, no entanto, ainda é um desafio.

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

email



Plataformas como TikTok e Instagram proíbem o cadastro de pessoas com menos de 13 anos. Porém, é comum encontrar perfis de influenciadores abaixo dessa idade. Para contornar as restrições, as contas são abertas com datas de nascimento imprecisas ou administradas pelos pais.

O vácuo de regulamentação e fiscalização tem gerado casos de crianças que fazem anúncios de jogos de azar e de alimentos ultraprocessados, além de coachs mirins que pregam até mesmo o abandono da escola.

“A criança tem os mesmos direitos no ambiente digital e físico”, afirma Ana Elisa Segatti, procuradora do MPT (Ministério Público do Trabalho). “É preciso que haja uma regulamentação [para as redes sociais] que preserve o desenvolvimento do trabalho infantil artístico de forma sadia”, defende a procuradora.

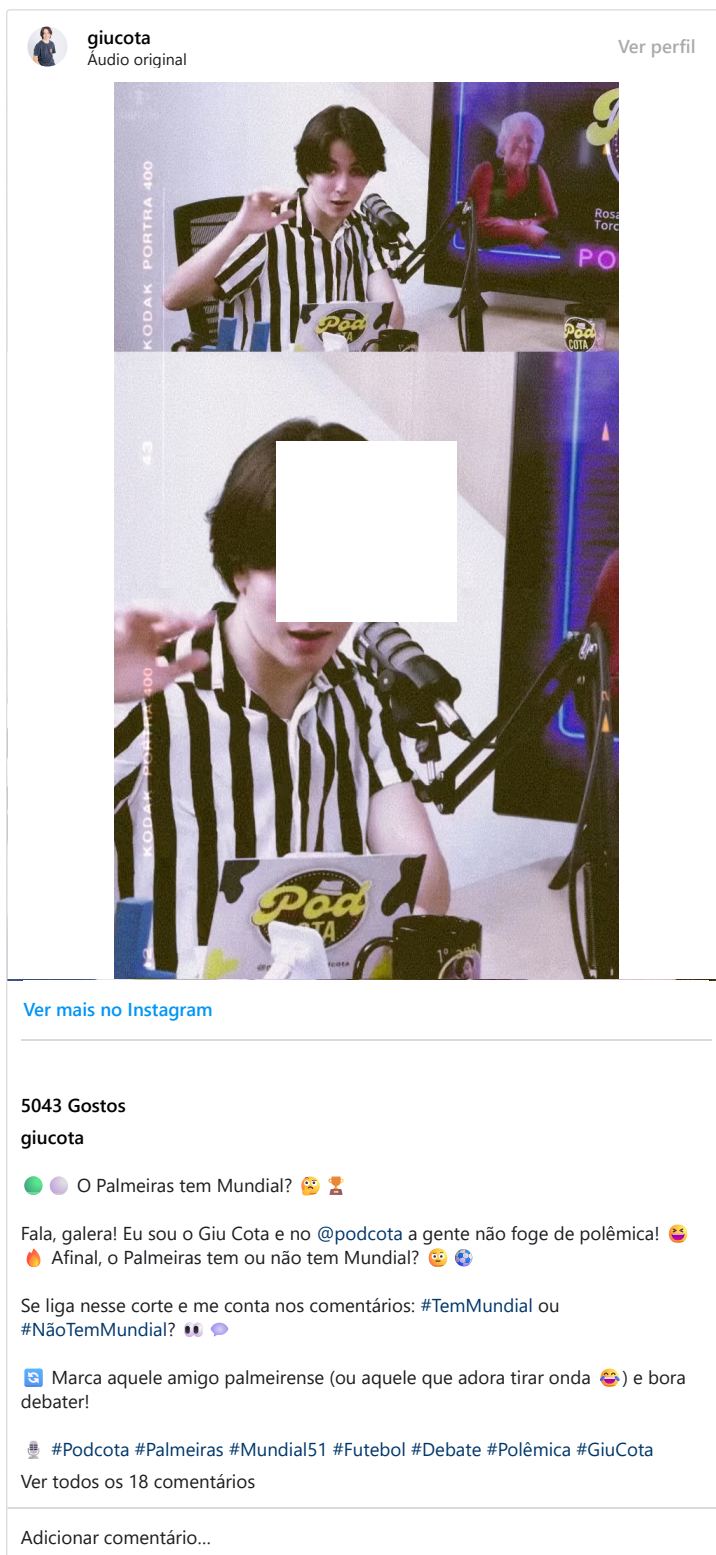
Esse entendimento é compartilhado pela ONU (Organizações das Nações Unidas). Em 2021, a entidade lançou um documento (<https://criancaeconsumo.org.br/biblioteca/comentario-geral-n-25/>) reforçando que os direitos das crianças se estendem ao mundo digital. O texto enfatiza a responsabilidade (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf) t (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf)ilhada (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf) entre famílias, estado e sociedade – incluindo as empresas – para assegurar os direitos das crianças.

A **Repórter Brasil** entrou em contato com Instagram, TikTok e Youtube. As plataformas reforçaram seus compromissos com os direitos das crianças e adolescentes, e elencaram uma série de medidas para evitar o trabalho artístico infantil sem conformidade com a legislação brasileira. As respostas podem ser lidas na íntegra neste link (<https://reporterbrasil.org.br/2025/04/respostas-instagram-tiktok-youtube-influencers-mirins/>) e ao longo da reportagem. Especialistas ouvidos pela reportagem, no entanto, colocam em xeque a eficácia das políticas adotadas pelas Big Techs.

‘É importante estar sempre postando’

A **Repórter Brasil** conversou com três artistas e influencers mirins. Todos foram contatados por meio de seus responsáveis legais, que também concederam entrevistas para esta matéria.

“É uma grande brincadeira para mim”, conta Giu Cota, 14. Aos dois anos, ele ganhou o primeiro tablet. Quando completou quatro, seus pais criaram um canal no Youtube, onde passou a publicar seus vídeos. Hoje, ele se define como um “bombril”: comanda um podcast semanal, canta, dança e escreve em um portal online.



São horas dedicadas à produção de conteúdos, veiculados praticamente todos os dias em diversas plataformas. “É bem importante a gente sempre estar postando”, explica a atriz Sabrina Souza, de 9 anos. “Tem hora que eu pego no pé

dela: ‘filha, você não falou com ninguém hoje nos stories’. Tem que postar todo dia”, complementa Renata de Souza, a mãe.

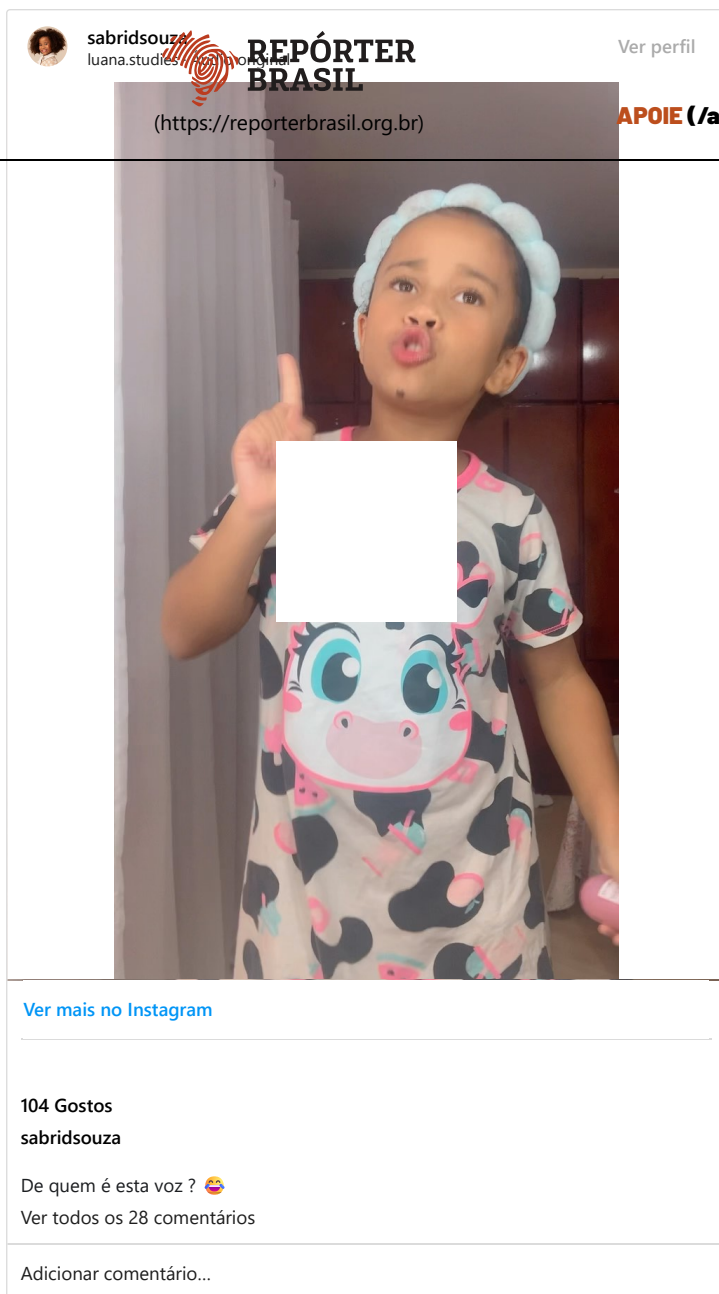
Aos poucos, a produção vai se profissionalizando e contando com a participação de familiares. “Colocamos tripé, iluminação, começamos a ver o cenário, a centralizar mais o rostinho dele”, conta Rosy Dantas, a “mãepresária” de Giu, como ela mesma se define.

“Eu vejo muita gente que começou no TikTok e hoje em dia está super viral. Postar ajuda na minha carreira”, ressalta a cantora Sarah Vitória da Aleluia Santos, 14, conhecida como Mc Sarah Baby. “Se a música viralizar, a gente tá feita. Mas, enquanto não viraliza, a gente vai gravando, fazendo show e postando”, acrescenta sua mãe, Tatiana Maria da Aleluia.

Giu garante que sua rotina “é como a de qualquer outro garoto”. Ele produz conteúdos diversos, de entrevistas com famosos a dicas de saúde. Vez ou outra, posta um vídeo com uma dancinha para viralizar. “Eu sei dançar, mas eu odeio gravar. Eu gravo porque às vezes é preciso, é a profissão”, relata.

“Isso acontece quando o espontâneo se torna compulsório”, resume Renata Tomaz, professora da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getúlio Vargas (FGV Comunicação Rio). “A plataforma vai dar mais visibilidade e possibilidades de monetização para a pessoa que produz muito conteúdo”, explica.

Foi o que aconteceu com a Sabrina. Quando tinha “de quatro para cinco anos”, um vídeo dançando em um shopping atingiu quase três milhões de visualizações. “Eu falei: ‘mãe, vamos continuar, se a gente fizer mais, a gente vai ter mais de mil seguidores’”, lembra. Hoje mais de 40 mil pessoas acompanham o dia a dia da criança no Instagram.



ECA diz que trabalho artístico precisa de alvará judicial, mas plataformas não exigem

Em março, o governo federal lançou um guia (https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/guia-de-telas_sobre-usos-de-dispositivos-digitais_versaoweb.pdf) com uma série de recomendações para o uso saudável de telas por crianças e adolescentes. As orientações para os influenciadores mirins são claras: o trabalho artístico infantil tem “caráter de exceção” e só é permitido mediante autorização da Justiça.

Essa é uma determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo a qual o trabalho tem de ser precedido de alvará judicial. O documento deve ser solicitado pela família ou empresa interessada, e precisa estabelecer parâmetros mínimos para a atividade acontecer – como limitação de horas e o tipo de conteúdo produzido.

Além do ECA, essa exigência está prevista na Convenção nº 138 (<https://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+138+da+OIT++Idade+m>) da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e na Recomendação nº 24

(<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Recomendacoes/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-024.pdf>) do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nenhum dos influenciadores entrevistados pela **Reporter Brasil**, porém, conta com autorização judicial para atuar nas plataformas digitais. As mães dos três acompanham de perto o trabalho, assegurando que as atividades não atrapalhem os estudos e os momentos de lazer dos filhos. Segundo elas, o alvará nunca foi exigido pelas big techs.

“Geralmente, só pedem alvará quando é presencial. A gente tem que providenciar a documentação quando é trabalho em séries [de televisão ou streaming]. Mas nada relacionado ao Instagram precisa de autorização”, relata Karine, mãe de Sabrina, referindo-se a uma produção estrelada pela filha na Globoplay. Segundo ela, o TikTok também nunca solicitou esse tipo de documentação.

“A plataforma é como se fosse um palco de teatro. Se a criança for atuar no teatro, tem que ter a autorização para subir no palco. Então, também tem que ter uma autorização para a plataforma digital”, resume Ana Elisa Segatti, do MPT.

Segundo a procuradora, a fronteira entre trabalho e lazer é nebulosa, mas existem elementos para identificar a profissionalização. A frequência das postagens, a expectativa de monetização e o incremento da produção – com investimentos em cenário, roteiro e equipamentos de gravação – são alguns deles.

Adriana Sena Orsini, professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) também reconhece um hiato entre a lei e o que acontece na internet. “Precisamos esclarecer para os influenciadores e para seus pais que precisa ter autorização”, reforça.

Para Orsini, as plataformas têm um papel fundamental: “elas precisam entrar nessa questão e têm as condições para fazer o monitoramento. Seria um sistema de proteção virtuoso”, afirma a professora.

TikTok foi condenado em 1ª instância por permitir trabalho sem autorização

Esse tema vem movimentando a Justiça do Trabalho em São Paulo. Em novembro do ano passado, [o TikTok foi condenado em primeira instância](https://reporterbrasil.org.br/2024/11/tik-tok-condenado-trabalho-artistico-infantil/) (<https://reporterbrasil.org.br/2024/11/tik-tok-condenado-trabalho-artistico-infantil/>) por não tomar providências contra a exploração do trabalho infantil artístico em sua plataforma. A decisão obriga a empresa a não permitir a atuação dos influenciadores mirins, a menos que haja autorização judicial.

“Ela [plataforma] é a responsável por possibilitar que os conteúdos estejam em seus serviços, o que permite a exploração comercial de crianças. Além disso, a reclamada também lucra com a prática, porque é o principal instrumento do modelo de negócio da internet”, afirmou a juíza Solange Aparecida Gallo Bisi, da 31ª Vara do Trabalho de São Paulo.

A empresa recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), mas não obteve sucesso. “Não se considera a responsabilidade da ré pelo conteúdo difundido em si, mas sim pela ausência de cumprimento do seu dever legal de exigir a apresentação de alvará para a difusão do conteúdo em sua plataforma”, diz acórdão publicado na semana passada. “Não se trata de censura, mas de garantir o cumprimento das normas de proteção à criança e ao adolescente”, continua a decisão.

“As plataformas são empresas globais, mas estão presentes e lucrando a partir de consumidores locais. As big techs precisam conhecer o que o Brasil entende como os direitos das crianças”, reforça Renata Tomaz, da FGV.



APOIE (/apoie/) Q ≡

Em 2018, o STF determinou que a Justiça comum

([https://www.conjur.com.br/2018-set-28/trabalho-artistico-infantil-atribuicao-justica-comum-](https://www.conjur.com.br/2018-set-28/trabalho-artistico-infantil-atribuicao-justica-comum-stf/#:~:text=Assim%20decidiu%2C%20nesta%20quinta%2Dfeira,esportivo%20de%20crian%C3%A)

stf/#:~:text=Assim%20decidiu%2C%20nesta%20quinta%2Dfeira,esportivo%20de%20crian%C3%A

é quem pode autorizar trabalho artístico infantil. A **Repórter Brasil** enviou pedidos via LAI (Lei de Acesso à Informação) para os Tribunais de Justiça de São Paulo e Rio de Janeiro, importantes pólos de produção cultural, sobre alvarás para crianças e adolescentes que atuam em plataformas digitais.

O TJ-SP afirmou que não seria possível consultar os autos de forma automatizada. No Rio de Janeiro, o pedido aguarda apreciação pela presidência do tribunal.

Plataformas afirmam monitorar presença de crianças

A **Repórter Brasil** enviou uma série de perguntas para o Youtube, Instagram e TikTok para entender como funciona o monitoramento de contas de influenciadores mirins.

O Youtube respondeu que sua função é “fornecer um espaço” para o compartilhamento de vídeos. “A responsabilidade de garantir que o conteúdo esteja em conformidade com as leis locais, incluindo a obtenção de alvarás judiciais para trabalho artístico infantil quando e se necessário, recai sobre os criadores de conteúdo e, no caso de menores, sobre seus pais ou responsáveis legais”, diz o texto.

A empresa destaca que os criadores de conteúdo devem seguir as leis e regulamentações aplicáveis. As Diretrizes da Comunidade da empresa, no entanto, não detalham quais são as regras no Brasil. De acordo com o Youtube, isso acontece porque a orientação disponível na plataforma é destinada para um público global.

O Instagram reforçou o limite de 13 anos para fazer o cadastro na plataforma. “Se ficar evidente que a conta está sendo usada de forma consistente ou gerenciada diretamente pela criança, desativaremos a conta”. Em relação ao conteúdo publicitário, a empresa da Meta disse que restringe a monetização de contas que publicam conteúdos voltados para crianças.

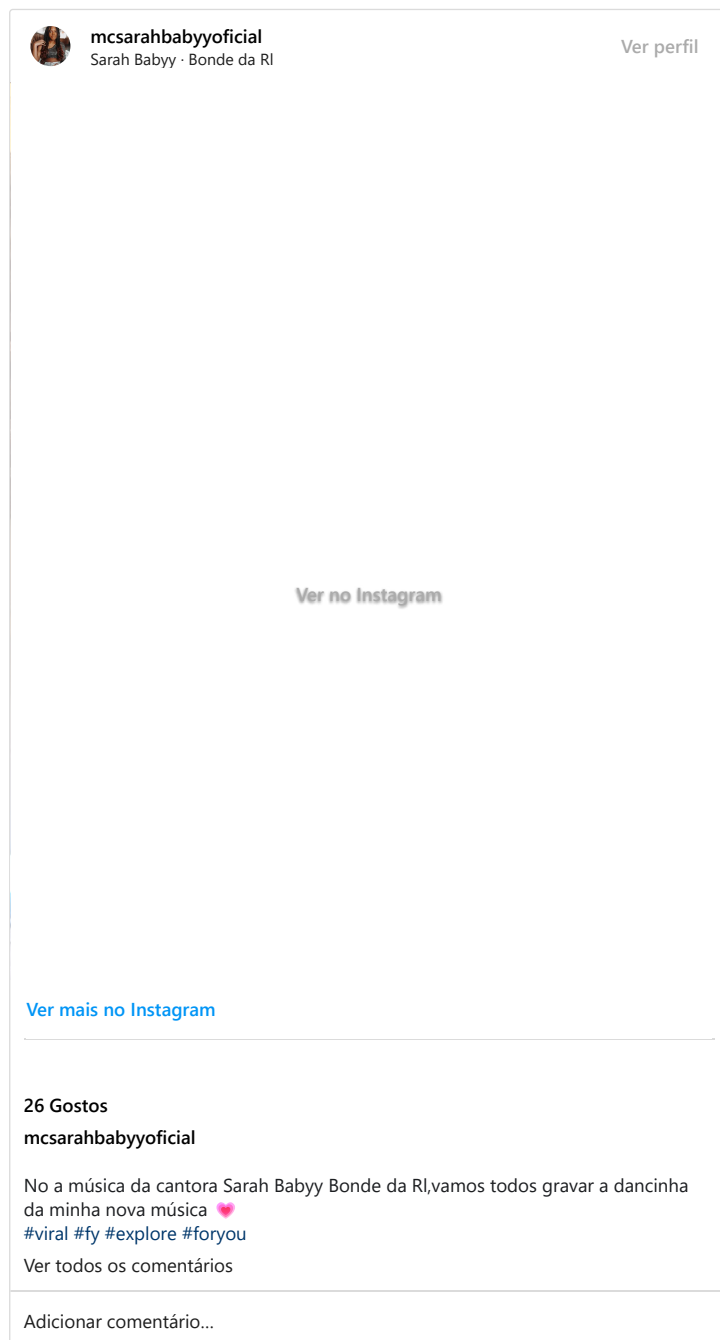
O TikTok foi na mesma linha e informou que a conta do usuário pode ser banida caso a empresa descubra que é operada por uma pessoa com menos de 13 anos.

A **Repórter Brasil** perguntou como funcionam as contas de influenciadores mirins. De acordo com TikTok, se os pais ou responsáveis quiserem criar uma conta com conteúdos de seus filhos, devem deixar claro que ela pertence ao adulto em questão, “incluindo o envolvimento adulto no conteúdo”. Caso contrário, as contas são banidas. “Não permitimos contas que apresentem apenas menores de 13 anos e não sejam claramente operadas por um pai ou responsável”.

Ana Segatti, do MPT, defende que independentemente de quem seja o responsável pela conta, se o perfil for estrelado por uma criança e tiver elementos que caracterizam o trabalho artístico infantil, “há necessidade de serem observados os requisitos legais, inclusive com a expedição de alvará judicial para divulgação do conteúdo”.

Promessa de mobilidade social impulsiona influenciadores na internet

O Youtube é a plataforma preferida dos jovens até 13 anos. Apesar de vetarem o cadastro de perfis abaixo dessa idade, Instagram e TikTok também despontam como aplicativos de interesse de crianças. O levantamento foi feito pela plataforma de conteúdo Mobile Time e a empresa de pesquisas Opinion.



O discurso da meritocracia e do empreendedorismo é o que tem impulsionado a migração do mercado de trabalho para as plataformas digitais, avalia o antropólogo Wagner Alves-Silva. “Quanto mais você é visto, maior é a chance de converter esse alcance em dinheiro”, explica ele, que também é pesquisador do Laboratório de Economia Digital e Política Extrema, vinculado à Universidade de Dublin.

“A ideia de que a distância entre uma criança e o sonho de ser atriz, por exemplo, ficou menor. A internet promete que tudo é possível, mas essas promessas são precárias e se dissolvem.”, pondera Alves-Silva.

“Eu estou investindo. Se estourar uma música, estourou. Mas por enquanto a gente só tem prejuízo”, relata Tatiana, a mãe da cantora Sarah Babyy. Entre a escola e os shows, produz clipes, danças e vídeos de suas músicas para as redes

sociais.

Sua contribuição permite que a gente continue revelando o que muita gente faz de tudo para esconder



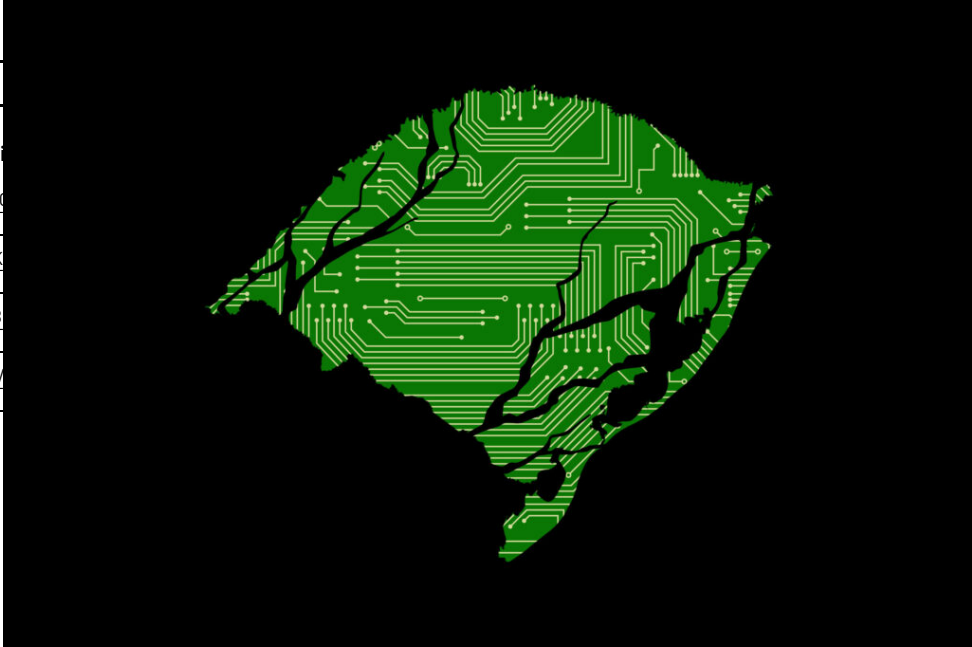
REPORTER
BRASIL

Para Alves-Silva, a internet emerge como uma promessa de mobilidade social e realização profissional para os influenciadores e suas famílias. Um discurso comum entre os próprios influenciadores mirins: “O meu maior medo hoje em dia é acordar e ir para um escritório e ficar na frente de um computador. O meu maior terror é fazer algo que eu não acorda falando.”

Após matéria da Repórter Brasil, governo publica norma para ‘cidade de data centers’ no RS

(<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>)

Esta reportagem foi realizada com apoio do Instituto Alana (<https://alana.org.br/>).



(<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>)



(/)

APOIE

JORNALISMO (/jornalismo/)

- Diretos Humanos (/jornalismo/direitos-humanos/)
- Mundo do Trabalho (/jornalismo/mundo-do-trabalho/)
- Povos Tradicionais (/jornalismo/povos-tradicionais/)
- Questão Agrária (/jornalismo/questao-agraria/)
- Socioambiental (/jornalismo/socioambiental/)
- Trabalho Escravo (/jornalismo/trabalho-escravo/)
- English (/jornalismo/english)
- Especiais (/jornalismo/especiais/)

PESQUISA (/pesquisa/)

- Impacto (/pesquisa/impacto/)
- Sobre (/pesquisa/sobre)
- O que fazemos (/pesquisa/sobre#o-que-fazemos)
- Parcerias (/pesquisa/parcerias/)
- Biblioteca (/pesquisa/biblioteca/)
- English (/pesquisa/biblioteca-en/)

EDUCAÇÃO (<https://escravonempensar.org.br/>)

- Sobre (<https://escravonempensar.org.br/sobre/>)
- Nossas ações (<https://escravonempensar.org.br/nossas-acoes/>)
- Biblioteca (<https://escravonempensar.org.br/biblioteca/>)

PODCASTS (/radiobatente/covamedida/)

- Cova medida (/radiobatente/covamedida/)
- Esperança (/radiobatente/esperanca/)
- Jornadas (/radiobatente/jornadas/)
- Trabalheira (/radiobatente/trabalheira/)

VÍDEOS (/videos/)

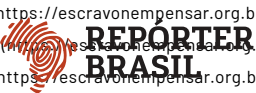
- Reportagens (/videos/)
- Documentários (/documentarios/)
- Outros (<https://www.youtube.com/reporterbrasil>)

SOBRE NÓS

- Quem somos (/quem-somos/)
- Equipe (/expediente/)
- Transparência (/transparencia/)
- Prêmios (/premios/)
- Contato (/contato/)

(<https://www.instagram.com/reporterbrasil/>) (<https://www.facebook.com/reporterbrasil/>) (<https://www.linkedin.com/company/reporterbrasil/>)

EducaRB (<https://escravonempensar.org.br/educarb/>)
Novidades (<https://escravonempensar.org.br/novidades/>)
Participe (<https://escravonempensar.org.br/participe/>)
(<https://reporterbrasil.org.br>)



agra
@m.co
m/re
porte
l/)
eboo
tter.c
om/r
/ONG
eport
erh/)
Repor
tegra
sil)
w.you
(https
compa
ny/re
@tik
p%C3
%3rt
er-
eport
er_br
asil)
/)

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

Receba as investigações da agência de
jornalismo da Repórter Brasil no seu e-mail. (/newsletter/)

Desenvolvido por Studio Cubo (<mailto:contato@studiocuboweb.com.br>) e Design por Paula
Carvalho

TRABALHO INFANTIL NA INDÚSTRIA TECH (//REPORTERBRASIL.ORG.BR/TRABALHO-INFANTIL-BIG-TECHS/)

‘Obrigada pelo produtinho’: marcas usam brechas para exibir crianças em publis

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor, anúncios direcionados a crianças podem ser considerados abusivos; TikTok removeu ‘publis’ de brinquedos após questionamento da Repórter Brasil

POR **ISABEL HARARI** | EDIÇÃO **CARLOS JULIANO BARROS**

08/04/2025



+

UM VÍDEO publicado no TikTok na semana do dia das crianças, em outubro do ano passado, mostra uma menina de 9 anos atrás de uma caixa gigante cheia de brinquedos, enviada pela loja Multikids: “Gente, eu estou muito animada! Chegou o lançamento pra gente brincar e se divertir”, diz a influenciadora mirim, enquanto joga balões cor de rosa para cima.

Até o fim de março, a postagem estava disponível no perfil. O conteúdo foi derrubado na sexta-feira (28), após questionamento da **Repórter Brasil**. O TikTok deletou ainda outro vídeo sobre a mesma marca de brinquedos, compartilhado por um influenciador mirim com mais de 6 milhões de seguidores.

Em ambos os casos, a plataforma entendeu que as postagens violavam trechos de seus termos de uso que proíbem “exortar diretamente os menores de idade a comprar ou a contratar um produto ou serviço”.

Conteúdos como esses, no entanto, correm soltos na internet. Em um vídeo no Instagram, uma garota de 5 anos experimenta um tênis com rodinhas que vira um patins vendido pela Kidy, plataforma de comércio de roupas e calçados infantis. Já outra postagem no TikTok exibe uma menina lavando os cabelos com uma linha de cosméticos da Nazca, especializada para crianças: “muito obrigada por enviar esses produtinhos”, agradece a protagonista.



Influencer mirim faz anúncio de 'tênis que vira patins' em seu perfil de rede social. A imagem foi alterada para preservar a privacidade da criança (Imagem: Reprodução/Instagram/Tratamento Rodrigo Bento/Repórter Brasil)

Livremente reproduzidos nas redes sociais, os vídeos descritos na abertura desta reportagem não poderiam ser veiculados na TV aberta, alertam especialistas ouvidos pela **Repórter Brasil**.

A publicidade direcionada ao público infantil está sujeita a diversas restrições, de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e com o CDC (Código de Defesa do Consumidor). Uma propaganda pode ser considerada abusiva e ilegal caso “se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança”, define o segundo parágrafo do artigo 37 do CDC.

O “direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança, com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” também é considerado abusivo por uma resolução de 2014 do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), vinculado ao governo federal. O uso excessivo de cores e animações, além de personagens e apresentadores infantis, aponta para essa prática.

Esses limites, porém, nem sempre são respeitados nas plataformas digitais. “Qual é a diferença entre divulgar uma boneca na internet e apresentar numa televisão? É publicidade dos dois jeitos”, questiona a procuradora Ana Elisa Segatti, do MPT (Ministério Público do Trabalho).



Plataforma de brinquedos envia caixa com produtos para influencer mirim. A imagem foi alterada para preservar a privacidade da criança (Imagem: Reprodução/TikTok - Tratamento: Rodrigo Bento/Repórter Brasil)

O advogado Christian Printes, gerente jurídico do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), concorda. “Ao enviar os brinquedos e tênis para os influenciadores mirins, o fornecedor espera justamente que seus produtos sejam compartilhados com o público alvo dos influenciadores, que são as crianças”, explica.

Propagandas de videogames, material escolar, roupas e sapatos, comidas e bebidas aparecem em profusão no feed de crianças e adolescentes. Quase metade dos usuários entre 9 e 17 anos (49%) tiveram contato com conteúdos de publicidade inapropriados para sua idade, revela a [pesquisa TIC Kids Online](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/recursos-extras/pesquisas-e-outros-numeros#:~:text=destaques%20da%20pesquisa%0ATIC%20Kids%20Online%20Brasil%2C) (<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/recursos-extras/pesquisas-e-outros-numeros#:~:text=destaques%20da%20pesquisa%0ATIC%20Kids%20Online%20Brasil%2C>

“Casos de *unboxing* [gravações de produtos abertos em frente a uma câmera] também podem configurar publicidade infantil abusiva”, reforça Printes, do Idec. A pesquisa TIC Kids Online mostrou que 59% dos usuários assistiram a pessoas desfazendo embalagens e 56% já viram influenciadores exibindo ‘presentes’ de marcas variadas.

A **Repórter Brasil** entrou em contato com Multikids, Kidy e Nazca, mas não houve resposta até o fechamento da reportagem. O texto será atualizado se os posicionamentos forem enviados.



Plataformas dizem que conteúdos postados precisam seguir legislação

Em seus termos de uso, o TikTok afirma (https://www.tiktok.com/legal/page/global/bc-policy/pt-BR?utm_source=chatgpt.com) que o usuário precisa assegurar que o conteúdo publicitário esteja “em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis”.

A Meta, controladora do Instagram, vai na mesma linha e ainda menciona que os perfis devem seguir os códigos de publicidade (<https://www.facebook.com/business/help/760449709113574>), construídos pela própria indústria – no caso do Brasil, essa é uma atribuição do Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), composto por agências, anunciantes e veículos de comunicação.

Em 2020, a entidade lançou um guia (<http://conar.org.br/index.php?codigo&pg=influenciadores>) com orientações para publicidade feita pelos influenciadores digitais. O documento enfatiza que o conteúdo deve sempre ser identificado como publicidade e reforça a orientação (http://www.conar.org.br/pdf/codigo-conar-2021_6pv.pdf) do próprio conselho: “nenhum anúncio dirigirá apelo imperativo de consumo diretamente à criança”.

Com 40 anos de atuação no Brasil, o Conar enfrenta o desafio de monitorar as peças de publicidade no universo digital, veiculadas em uma escala muito maior do que as realizadas em jornais, revistas, rádios e canais de televisão.

Ao ser questionado sobre os principais desafios para o Conar, o presidente Sérgio Pompílio foi categórico. “São três: meios digitais, meios digitais e meios digitais”, disse em entrevista ao portal Meio & Mensagem (<https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/novo-presidente-do-conar-ve-no-meio-digital-o-principal-desafio>) em 2022, no início de seu primeiro mandato à frente do conselho.


**REPÓRTER
BRASIL**
<https://reporterbrasil.org.br>
APOIE (/apoie/)


Propaganda de linha de cosméticos para crianças em perfil de TikTok. A imagem foi alterada para preservar a privacidade da criança (Imagem: Reprodução/TikTok – Tratamento: Rodrigo Bento/Repórter Brasil)

Só no ano passado, o Conar instaurou mais de 300 representações, envolvendo denúncias de publicidade de influenciadores digitais, apostas ilegais e anúncios fraudulentos, dentre outros temas.

Ainda que o número de procedimentos instaurados se mantenha relativamente estável na última década, a taxa de representações contra plataformas digitais explodiu. Em 2016, 48% dos processos instaurados (<http://www.conar.org.br/>) vieram da internet. No ano passado, o índice escalou para 84,6%.

No final de 2023 o Fantástico mostrou como a inteligência artificial vem sendo usada para produzir anúncios fraudulentos (<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/12/17/criminosos-usam-inteligencia-artificial-para-manipular-a-imagem-de-pessoas-conhecidas-e-lucrar-com-a-venda-de-produtos-falsos.ghtml>). Na época, Pompílio disse que o Conar estava negociando uma série de questões com as redes sociais, como a maior transparência nos anúncios.

“Falta fiscalização. Não existe por parte das plataformas digitais uma obrigação legal de fazer uma verificação prévia se aquele conteúdo está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. Isso deveria ser uma obrigação”, finaliza Printes.

O Conar mantém um canal aberto para reclamações dos consumidores. Após o contato da **Repórter Brasil**, o conselho abriu um “processo ético” para analisar o vídeo de produtos de cabelo da marca Nazca no TikTok. O julgamento deve

acontecer em breve, de acordo com a entidade.



**REPÓRTER
BRASIL**

(<https://reporterbrasil.org.br>)

APOIE (/apoie/) Q

O que dizem as plataformas sobre a publicidade infantil na internet

O Instagram admite a vulnerabilidade de pessoas com menos de 18 anos diante de conteúdos publicitários. Em nota enviada à reportagem, disse reconhecer que “os adolescentes não estão necessariamente tão equipados quanto os adultos para tomar decisões sobre como seus dados on-line são usados para publicidade, especialmente quando se trata de mostrar a eles produtos disponíveis para compra”.

Em fevereiro a empresa começou a implementar a “Conta de Adolescente”, uma funcionalidade para usuários com menos de 18 anos. “Essa nova experiência fornece proteções integradas para limitar, por padrão, quem contata os adolescentes e o conteúdo que veem”, diz o texto.

O TikTok também elencou uma série de medidas para a proteção da criança e do adolescente em sua plataforma, como campanhas sobre educação midiática e segurança na internet. Além disso, a empresa veta a monetização do conteúdo produzido por pessoas com menos de 18 anos.

O Youtube destacou a criação do Youtube Kids, um aplicativo dentro do site principal com filtros mais restritivos. Nesse espaço, diz a nota, vídeos com inserções pagas de produtos são proibidos. O Youtube Kids também veta conteúdos “que sejam muito comerciais ou promocionais”, como “anúncios tradicionais de produtos e serviços enviados por criadores de conteúdo ou marcas e conteúdo que incite diretamente o espectador a comprar um produto”. **Leia as respostas na íntegra** (<https://reporterbrasil.org.br/2025/04/respostas-instagram-tiktok-youtube-influencers-mirins/>).

Sua contribuição permite que a gente continue revelando o que muita gente faz de tudo para esconder

Esta reportagem foi realizada com apoio do Instituto Alana (<https://alana.org.br/>).

Veja como >
(/apoie/)

LEIA TAMBÉM

Leia também

Socioambiental (<https://reporterbrasil.org.br/?pilar=socioambiental>)

APÓS MATÉRIA DA REPÓRTER BRASIL, GOVERNO PUBLICA NORMA PARA 'CIDADE DE DATA CENTERS' NO RS
(<https://reporterbrasil.org.br/2025/05/apos-reportagem-governo-publica-norma-data-centers-rs/>)

TIKTOK: 'EQUÍVOCO' EM PROCESSO FAZ JUSTIÇA ANULAR CONDENAÇÃO POR TRABALHO ARTÍSTICO INFANTIL
(<https://reporterbrasil.org.br/2025/04/justica-anula-condenacao-tiktok-trabalho-artistico-infantil/>)

'INFLUENCERS MIRINS' ATUAM EM BIG TECHS SEM ALVARÁ JUDICIAL, EXIGIDO NA TV
(<https://reporterbrasil.org.br/2025/04/influencers-mirins-big-techs-alvara-judicial/>)

INVESTIGAÇÃO DA REPÓRTER BRASIL SOBRE ROBLOX PAUTA PODCAST DA RÁDIO NOVELO
(<https://reporterbrasil.org.br/2025/03/reporter-brasil-roblox-radio-novelo/>)



Esperança (/radiobatente/esperanca/)

Jornadas (/radiobatente/jornadas/)

Trabalheira (/radiobatente/trabalheira/)

VÍDEOS (/videos/)

Reportagens (/videos/)

Documentários (/documentarios/)

Outros (<https://www.youtube.com/reporterbrasil>)

SOBRE NÓS

Quem somos (/quem-somos/)

Equipe (/expediente/)

Transparência (/transparencia/)

Prêmios (/premios/)

Contato (/contato/)

(https://www.w.instagra.com/reportebrasil/)

(https://twitter.com/reporterb/)

(https://www.facebook.com/ONGReporteBrasil/)

(https://www.youtube.com/watch?v=OKrPm3G1rT0)

(https://www.linkedin.com/company/hy/reports/C3%33rt-er-brasil/)

Receba as investigações da agência de jornalismo da Repórter Brasil no seu e-mail. (/newsletter/)

<https://reporterbrasil.org.br/2025/04/tiktok-influenciadores-mirins-publicidade-infantil/>